

LEITURA COMPLEMENTAR

AULA 38

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

JUDAÍSMO E ISLAMISMO

- APROFUNDAMENTO -

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES:

JUDAÍSMO

O Judaísmo é uma das religiões mais antigas do mundo, com uma história que se estende por mais de três mil anos. Diferentemente de muitas outras religiões mundiais, o Judaísmo não é apenas um sistema de crenças abstratas, mas uma tradição que entrelaça religião, história, cultura, lei e identidade nacional de forma inseparável. Originário do Oriente Médio antigo, o Judaísmo emergiu como a primeira religião monoteísta a alcançar influência histórica significativa, estabelecendo conceitos teológicos que moldaram posteriormente o Cristianismo e o Islamismo. A seguir examinaremos as origens históricas do Judaísmo, seus fundamentos teológicos centrais, as práticas religiosas que definem a vida judaica e a evolução dessa tradição ao longo dos séculos. Compreenderemos também como o Judaísmo, apesar de séculos de dispersão, perseguição e transformação, manteve uma identidade coerente baseada na Torah, na lei rabínica e na memória compartilhada de um povo escolhido por Deus para cumprir uma missão divina.

1. As Origens Históricas do Judaísmo

As origens históricas do Judaísmo remontam aos patriarcas bíblicos e à aliança estabelecida entre Deus e Abraão, mas consolidam-se fundamentalmente no evento do Êxodo do Egito, que marca a formação da identidade judaica como um povo liberto e escolhido por Deus. Este tópico examina os períodos formadores do Judaísmo, desde a narrativa patriarcal até a transformação crucial do Judaísmo centrado no Templo para um Judaísmo rabínico baseado na interpretação contínua da Torah, particularmente após a destruição do Segundo Templo em 70 d.C. Compreenderemos como alguns importantes eventos históricos moldaram a teologia e a prática judaicas, estabelecendo padrões de resiliência, fé e reinterpretação que caracterizam a tradição judaica até os dias atuais.

1.1 Os Patriarcas e a Aliança Abraâmica

A história do Judaísmo começa com os patriarcas bíblicos, figuras cuja existência histórica permanece debatida entre estudiosos, mas cuja importância para a identidade judaica é incontestável. Abraão, considerado o pai do povo judeu, é apresentado na Bíblia Hebraica (Tanakh) como um homem que, por volta de 2000 a.C., respondeu ao chamado de Deus abandonando sua terra natal e migrando para Canaã (a futura Terra de Israel).¹ A aliança (Brit) estabelecida entre Deus e Abraão é fundamental para a teologia judaica: Deus promete a Abraão descendentes tão numerosos quanto as estrelas do céu e a posse da terra de Canaã, enquanto Abraão e seus descendentes se comprometem a servir exclusivamente ao Deus de Israel e a manter a circuncisão como sinal da aliança.

Isaque, filho de Abraão, e Jacó, seu neto, continuam a linhagem patriarcal. Jacó, cujo nome é alterado para Israel ("aquele que luta com Deus") após um encontro místico com alguém misterioso enviado por Deus, torna-se o ancestral que dá nome às doze tribos de Israel, formadas por seus filhos. Esta genealogia patriarcal não é meramente uma questão de história familiar, mas estabelece a base teológica para a compreensão judaica de si mesma como um povo em aliança com Deus, herdeiro das promessas feitas aos patriarcas.² A narrativa patriarcal também introduz temas recorrentes na história judaica: a peregrinação, o exílio, a fé em tempos de incerteza e a confiança nas promessas divinas apesar das circunstâncias adversas.

1.2 O Êxodo e a Formação da Identidade Judaica

O evento mais formativo na história judaica é o Êxodo do Egito, datado tradicionalmente em torno de 1300-1200 a.C., embora a datação histórica exata permaneça controversa entre estudiosos.³ De acordo com a narrativa bíblica, os descendentes de Jacó, inicialmente bem-vindos no Egito durante um período de fome, foram gradualmente reduzidos à escravidão sob um faraó que não conhecia José. Após séculos de escravidão, Moisés, um homem criado na

¹Ler Gen 12, 1-4.

²Nahum M. Sarna, *Comentário da Torah JPS: Gênesis*, pp. xv-xxxii.

³Kenneth A. Kitchen, *Sobre a Confiabilidade do Antigo Testamento*, pp. 241-287.

corte egípcia, mas consciente de sua herança hebraica, é chamado por Deus para libertar seu povo da escravidão egípcia.

A narrativa do Êxodo descreve uma série de dez pragas enviadas por Deus para convencer o faraó a dar liberdade aos hebreus, culminando na morte dos primogênitos egípcios. Os hebreus escapam do Egito e, após quarenta anos de peregrinação no deserto, chegam à Terra Prometida. Durante essa peregrinação, Moisés recebe a Torah (a Lei) de Deus no Monte Sinai, estabelecendo a base legal e espiritual para a vida do povo judeu (Ex 19-20). O Êxodo não é meramente um evento histórico; é o evento fundador que define a identidade judaica como um povo liberto por Deus, escolhido para receber a Lei divina e estabelecer um reino baseado na justiça e na santidade.⁴

A celebração da Páscoa (Pesach) perpetua a memória do Êxodo, lembrando aos judeus, a cada ano, a libertação de seus ancestrais e reafirmando sua identidade como povo escolhido. A narrativa do Êxodo também estabelece um padrão teológico recorrente no Judaísmo: a experiência de opressão seguida pela libertação divina, que ressoa através de toda a história judaica subsequente.

1.3 O Período do Segundo Templo e a Formação do Judaísmo Rabínico

Após o retorno do exílio babilônico em 539 a.C., o Segundo Templo foi construído em Jerusalém, marcando o início de um novo período na história judaica. Durante este período, que durou até a destruição do Templo pelos romanos em 70 d.C., o Judaísmo desenvolveu-se em formas que moldaram a tradição até os dias atuais.⁵ O Segundo Templo foi o centro da vida religiosa judaica e o sistema sacrificial foi restaurado como expressão central da devoção a Deus.

Durante este período do Tempo desenvolveu-se também uma tradição interpretativa oral da Torah que seria posteriormente codificada como a Mishnah e o Talmud. Mestres religiosos, conhecidos como Fariseus, buscavam aplicar a Lei mosaica aos contextos contemporâneos,

⁴Nehama Leibowitz, *Estudos em Êxodo*, pp. 1-45.

⁵Emil Schürer, *A História do Povo Judeu na Época de Jesus Cristo*, vol. 1.

desenvolvendo interpretações que permitissem que a Torah antiga permanecesse relevante para a vida judaica contemporânea. Esta tradição de interpretação contínua da Lei tornou-se central no Judaísmo e permitiu que a religião sobrevivesse à destruição do Templo em 70 d.C.

A destruição do Segundo Templo pelos romanos, sob o comando de Tito, foi um evento cataclísmico na história judaica (70 d.C.). Contudo, sob a liderança de Yochanan ben Zakkai, um sábio fariseu que negociou com os romanos, o centro da vida judaica foi transferido de Jerusalém para Yavne, uma pequena cidade no litoral. Lá, os sábios judeus estabeleceram uma academia onde continuaram o trabalho de interpretação da Torah e o desenvolvimento da lei rabínica. Esta transição de um Judaísmo centrado no Templo para um Judaísmo centrado na Torah e na interpretação rabínica foi crucial para a sobrevivência do Judaísmo como religião viva após a perda de seu centro político e religioso.⁶

2. Os Fundamentos Teológicos do Judaísmo

Os fundamentos teológicos do Judaísmo repousam sobre três pilares essenciais: o monoteísmo radical expresso no Shema Israel, a ideia do povo eleito com responsabilidades especiais diante de Deus e a Torah como revelação divina completa que abrange tanto a dimensão escrita quanto a oral. A seguir, examinaremos como esses conceitos fundamentais moldaram a identidade e a prática judaicas ao longo dos séculos, estabelecendo uma visão integrada da relação entre Deus e a humanidade, na qual a unicidade divina, a eleição condicional e a observância da Lei formam a base da vida religiosa e moral judaica.

2.1 O Monoteísmo Judaico: A Unicidade de Deus

O conceito fundamental do Judaísmo é a unicidade absoluta de Deus, expressa na declaração conhecida como Shema Yisrael ("Ouve, Ó Israel"): "Ouve, Ó Israel, o Senhor nosso Deus, o Senhor é Um" (Dt 6,4). Esta afirmação, recitada duas vezes ao dia por judeus observantes, resume a essência da fé judaica: existe um único Deus, infinito, eterno, onipotente e onisciente, que é o criador e sustentador de todo o universo. Este monoteísmo não é meramente a crença

⁶Jacob Neusner, *A Tradição Rabínica e o Judaísmo Rabínico*, pp. 1-78.

de que existe um Deus entre muitos, mas a afirmação de que existe apenas um Deus e nenhum outro.

O Deus do Judaísmo é concebido como transcendente — fundamentalmente distinto e superior à criação — mas também como imanente, presente e ativo no mundo, guiando a história humana em direção a um propósito divino. Deus é descrito por meio de múltiplos atributos: justiça, misericórdia, sabedoria, poder e amor. A relação entre esses atributos, particularmente a tensão entre a justiça divina (que demanda punição pelo pecado) e a misericórdia divina (que oferece perdão e redenção), é um tema central na teologia judaica.

O monoteísmo judaico é inegociável: a adoração de outros deuses é considerada idolatria e uma violação fundamental da aliança com Deus. Contudo, o Judaísmo também desenvolveu uma sofisticada teologia sobre como Deus se relaciona com outras nações. A tradição judaica ensina que Deus estabeleceu sete mandamentos para toda a humanidade (Leis de Noé) e que os gentios que os observam têm lugar no mundo que ainda virá.⁷ Assim, enquanto o Judaísmo é uma religião particularista, focada na relação especial entre Deus e o povo judeu, também reconhece uma dimensão universal da vontade divina.

2.2 A Ideia do Povo Eleito

Um conceito central e frequentemente mal-entendido no Judaísmo é a ideia de que os judeus são um "povo eleito" (Am Segula em hebraico, literalmente "povo de tesouro"). Esta ideia não significa que os judeus sejam superiores a outras nações ou que Deus ame menos outras pessoas. Em vez disso, refere-se a uma escolha divina de responsabilidade especial: Deus escolheu o povo judeu para receber a Torah e para servir como uma "luz para as nações", um exemplo moral e espiritual para a humanidade.⁸

A eleição judaica vem acompanhada de responsabilidades significativas. Os judeus são obrigados a observar 613 mandamentos (mitzvot) contidos na Torah, enquanto os gentios são

⁷David Novak, *A Imagem do Não-Judeu no Judaísmo: Um Estudo Histórico e Construtivo das Leis de Noé*, pp. 1-50.

⁸Eliezer Berkovits, *Ensaio Essenciais sobre o Judaísmo*, pp. 45-67.

obrigados apenas aos sete mandamentos de Noé.⁹ Esta diferença não representa privilégio, mas sim responsabilidade aumentada. A tradição judaica ensina que a eleição é condicional: se o povo judeu observar a aliança e cumprir os mandamentos de Deus, receberá bênçãos; se violar a aliança, enfrentará punição. A história judaica, com seus períodos de exílio, perseguição e sofrimento, é frequentemente interpretada como consequência da infidelidade à Aliança.

A ideia do povo eleito também está intrinsecamente ligada à promessa da Terra de Israel. Deus prometeu a Abraão e seus descendentes a posse de Canaã como herança eterna. Esta promessa territorial é fundamental para a identidade judaica e para a compreensão judaica da história. O retorno à Terra de Israel após séculos de exílio é visto não como um acidente histórico, mas como o cumprimento das promessas divinas aos patriarcas.¹⁰

2.3 A Torah: Revelação Divina Escrita e Oral

A Torah, frequentemente traduzida como "Lei", mas literalmente significando "ensinamento" ou "instrução", é o fundamento de toda a vida e pensamento judaico. A Torah refere-se especificamente aos cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica (Tanakh): Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Estes livros contêm a narrativa da criação, a história dos patriarcas, a narrativa do Êxodo, a revelação da Lei no Monte Sinai e as instruções para a vida do povo judeu.

A tradição judaica ensina que a Torah foi revelada por Deus a Moisés no Monte Sinai de forma completa e imutável (Ex 19-20). Cada palavra, cada letra, até mesmo os espaços entre as palavras são considerados significativos e divinamente inspirados. A Torá escrita (Torá she-Biklav) é acompanhada pela Torá oral (Torá she-Be'al Peh), uma tradição de interpretação

⁹ Os judeus são obrigados a observar 613 mandamentos (mitzvot) contidos na Torah, enquanto os gentios são obrigados apenas aos sete mandamentos de Noé. Estes sete mandamentos, estabelecidos pela tradição judaica como leis universais para toda a humanidade, são: (1) não adorar ídolos; (2) não blasfemar contra Deus; (3) estabelecer tribunais de justiça; (4) não cometer assassinato; (5) não cometer roubo; (6) não cometer adultério ou imoralidade sexual; e (7) não comer carne arrancada de um animal vivo. Estes mandamentos representam os princípios éticos e morais fundamentais que a tradição judaica considera essenciais para uma sociedade justa e ordenada. A observância destes sete mandamentos é suficiente para que os gentios sejam considerados justos aos olhos de Deus e tenham um lugar no mundo vindouro, demonstrando que o Judaísmo reconhece uma dimensão universal de moralidade divina que transcende a particularidade da aliança com o povo judeu.

¹⁰Menachem Kellner, *A Busca do Ideal: Escritos Judaicos de Steven Schwarzschild*, pp. 78-95.

que foi transmitida oralmente de geração em geração até ser codificada por escrito na Mishnah (cerca de 200 d.C.) e posteriormente expandida no Talmud.

A Torah oral não é considerada uma adição posterior à Torah escrita, mas uma explicação integral da Torah escrita, revelada simultaneamente por Deus a Moisés. Assim como a Torah escrita é imutável, a Torah oral também é considerada de origem divina, embora sua interpretação e aplicação possam evoluir ao longo do tempo. Esta distinção entre a Torah escrita (imutável) e a Torah oral (interpretável) permite que o Judaísmo seja simultaneamente fiel a uma revelação antiga e capaz de adaptar-se a contextos contemporâneos.

A Torah contém 613 mandamentos (mitzvot), divididos em mandamentos positivos (coisas que se deve fazer) e mandamentos negativos (coisas que se deve evitar). Estes mandamentos cobrem todas as áreas da vida: religião, moralidade, direito civil, saúde, higiene alimentar e relações sociais. A observância desses mandamentos não é vista como um fardo opressivo, mas como uma expressão de amor por Deus e de compromisso com a aliança divina. A tradição judaica ensina que através da observância dos mandamentos, os judeus participam na santificação do mundo e na realização do propósito divino.¹¹

3. As Práticas Judaicas Fundamentais

As práticas judaicas fundamentais formam um sistema integrado que estrutura todos os aspectos da vida religiosa e cotidiana, desde a observância dos 613 mandamentos por meio da Halakha (lei judaica) até as práticas específicas, como Kashrut (leis alimentares), Shabat (repouso semanal) e as festividades que marcam o calendário judaico. Este tópico examina como essas práticas não são meramente regulamentações externas, mas sim expressões profundas da aliança entre Deus e o povo judeu, atuando simultaneamente como ensinamentos históricos, disciplinas espirituais e mecanismos de coesão comunitária que perpetuam a identidade judaica ao longo dos séculos.

¹¹Joseph Telushkin, *Alfabetização Judaica: As Coisas Mais Importantes para Saber sobre a Religião Judaica, Seu Povo e Sua História*, pp. 89-120.

3.1 Os Mandamentos (Mitzvot) e a Lei Judaica (Halakha)

A vida judaica é estruturada em torno da observância dos 613 mandamentos contidos na Torah. Contudo, a aplicação prática desses mandamentos é determinada pela Halakha (literalmente "o caminho"), a lei judaica que se desenvolveu ao longo de séculos de interpretação rabínica. A Halakha não é meramente um código legal no sentido ocidental; é um sistema integrado que governa todos os aspectos da vida judaica, desde questões religiosas até questões civis, comerciais e familiares.

A Halakha é baseada em várias fontes, em ordem de autoridade: a Torah escrita, a Torah oral (Mishnah e Talmud), as decisões dos sábios posteriores (Rishonim e Acharonim) e os costumes estabelecidos (Minhagim). Diferentes comunidades judaicas podem ter interpretações ligeiramente diferentes da Halakha, refletindo diferentes tradições e contextos históricos. As três principais correntes do Judaísmo contemporâneo—Ortodoxo, Conservador e Reformista—diferem principalmente em sua abordagem à Halakha: o Judaísmo Ortodoxo considera a Halakha como imutável e vinculante; o Judaísmo Conservador busca uma abordagem equilibrada que respeita a tradição enquanto permite mudanças baseadas em princípios halálicos; o Judaísmo Reformista enfatiza a autonomia individual na observância religiosa.

3.2 As Leis Alimentares (Kashrut)

As leis alimentares judaicas, conhecidas como Kashrut (literalmente "adequação" ou "propriedade"), são um dos aspectos mais visíveis e distintivos da prática judaica. Estas leis, derivadas principalmente do Levítico 11 e do Deuteronômio 14, especificam quais animais podem ser consumidos e como devem ser preparados. Um animal é considerado adequado se atender a critérios específicos: os mamíferos devem ser ruminantes com cascos divididos (como gado, ovelhas e cabras), enquanto os porcos, embora tenham cascos divididos, não são ruminantes e, portanto, não são adequados. Os peixes devem ter barbatanas e escamas

(exceto mariscos e crustáceos). Apenas aves específicas são permitidas, enquanto insetos e répteis são geralmente proibidos.¹²

Além das restrições sobre quais animais podem ser consumidos, a Kashrut também governa como os animais devem ser mortos (por meio de um método específico chamado Shechita, realizado por um especialista treinado, o Shochet) e como a carne deve ser preparada. A carne deve ser salgada para remover o sangue, pois o consumo de sangue é explicitamente proibido na Torah. Além disso, a carne e os laticínios não podem ser consumidos na mesma refeição e devem ser preparados em utensílios separados, prática baseada na proibição de "cozer um cabrito no leite de sua mãe" (Ex 34,26).

As razões para as leis de Kashrut têm sido debatidas ao longo dos séculos. Algumas explicações enfatizam razões de saúde e higiene, outras, a santidade e a separação do profano, enquanto outras veem as leis como testes de obediência à vontade divina. Independentemente da razão, a observância de Kashrut é um aspecto central da identidade judaica para muitos judeus, servindo como um lembrete constante de sua aliança com Deus e de sua separação de outras nações.¹³

3.3 O Shabat: O Dia Sagrado de Repouso

O Shabat (Sábado) é o dia sagrado de repouso semanal no Judaísmo, observado do pôr do sol de sexta-feira até o aparecimento das três primeiras estrelas de sábado à noite. O Shabat é baseado no quarto mandamento dos Dez Mandamentos, que ordena: "Lembra-te do dia de Shabat, para santificá-lo... no sétimo dia descansarás" (Ex 20,8-10). O Shabat comemora a criação do mundo por Deus em seis dias e seu repouso no sétimo dia, e também serve como um sinal perpétuo da aliança entre Deus e o povo judeu.

A observância do Shabat envolve a abstenção de 39 categorias de trabalho criativo, que incluem escrever, cozinhar, usar eletricidade (para os judeus Ortodoxos), viajar e realizar transações comerciais. Em vez disso, o Shabat é dedicado ao repouso, à oração, ao estudo da

¹² Para aprofundamento sobre a questão dos alimentos na tradição judaica, consultar a obra de Samuel H Dresner, *As Leis Alimentares Judaicas: Seu Significado para Nosso Tempo*, São Paulo: Editora Judaica, 1985.

¹³ Aryeh Kaplan, *A Torah Viva: Uma Nova Tradução Baseada em Fontes Tradicionais Judaicas*.

Torah, e ao tempo em família. A refeição de Shabat é um momento central, frequentemente iniciada com a bênção sobre o vinho (Kiddush) e o pão (Hamotzi), seguida de uma refeição especial que pode incluir peixe, carne e vinho.

O Shabat é considerado um dia de santidade especial, um “gosto do mundo vindouro”, em que os judeus experimentam a paz e a harmonia que caracterizarão a era messiânica. Para muitos judeus, o Shabat é o aspecto mais importante da prática religiosa, pois mantém os valores judaicos de repouso, família, comunidade e conexão com Deus. A observância do Shabat é tão central que é considerada equivalente em importância a todos os outros mandamentos combinados.¹⁴

3.4 As Festividades Judaicas

O calendário judaico é marcado por várias festividades que comemoram eventos históricos e espirituais significativos. As três principais festividades de peregrinação (Shalosh Regalim) são a Páscoa (Pesach), o Pentecostes (Shavuot) e a festa do Tabernáculo (Sukkot).

A Páscoa (Pesach) é celebrada na primavera (mês de Nisan, março-abril) e comemora a libertação dos hebreus da escravidão no Egito. A observância de Pesach dura sete dias (oito na diáspora) e é marcada pela abstenção de alimentos fermentados (Chametz) e pelo consumo de pão ázimo (Matza). A refeição central é o Seder de Páscoa, uma refeição ritual que narra a história do Êxodo através de alimentos simbólicos: ervas amargas (representando a amargura da escravidão), maçã ralada com nozes e vinho (representando o barro usado para fazer tijolos), ovo (representando o sacrifício Pesach) e verduras (representando a primavera e renovação).¹⁵

O Pentecostes (Shavuot) é celebrado 50 dias após Pesach e comemora a revelação da Torah a Moisés no Monte Sinai. "Pentecostes (Shavuot) é celebrado 50 dias após Pesach e comemora a revelação da Torah a Moisés no Monte Sinai. Shavuot é observado por dois dias na diáspora

¹⁴Adin Steinsaltz, *O Talmud Essencial: Uma Tradução e Comentário*, pp. 45-78.

¹⁵Menachem M. Kasher, *Hagadá Completa: Uma Hagadá de Páscoa Abrangente*, pp. 1-50.

(um dia em Israel) e é marcado pela leitura dos Dez Mandamentos e pelo consumo de alimentos lácteos, simbolizando a "terra que flui leite e mel" prometida a Israel.

A Festa do Tabernáculo (Sukkot) é celebrada no outono (mês de Tishrei, setembro-outubro) e comemora a peregrinação dos hebreus no deserto após o Êxodo. Durante Sukkot, os judeus constroem cabanas temporárias (Sukkot) e nelas comem e dormem, lembrando-se das cabanas nas quais os hebreus viveram no deserto. Sukkot também é uma festa de colheita, celebrando a abundância da terra.

Além dessas festividades de peregrinação, há outras observâncias importantes. Rosh Hashanah (Ano Novo judaico) é celebrado no primeiro e no segundo dia de Tishrei e marca o início do ano judaico. É um dia de reflexão e arrependimento, em que os judeus refletem sobre suas ações do ano anterior e buscam perdão. Yom Kippur (Dia da Expição) é celebrado dez dias após Rosh Hashanah e é considerado o dia mais sagrado do ano judaico. É um dia de jejum, oração e arrependimento, em que os judeus buscam perdão por seus pecados contra Deus e contra seus semelhantes.

O Hanuká (Festa da Dedicção) é celebrada por oito dias no inverno (mês de Kislev, novembro-dezembro) e comemora a vitória dos Macabeus sobre o Império Selêucida no século II a.C. e a rededicação do Templo de Jerusalém. Hanuká é marcada pelo acendimento de uma menorá de oito braços (Hanuquiá), com uma vela acesa a cada noite.

O Purim é celebrado no mês de Adar (fevereiro-março) e comemora a salvação dos judeus da Pérsia do complô de Hamã, conforme narrado no Livro de Ester. Purim é uma festa alegre, marcada pelo consumo de alimentos especiais (Hamantaschen), trocas de presentes e pela leitura da Meguilá (Livro de Ester).

4. Instituições Religiosas Judaicas

As instituições religiosas judaicas contemporâneas refletem a transformação fundamental que ocorreu após a destruição do Segundo Templo em 70 d.C., quando o centro da vida religiosa judaica deslocou-se do culto sacrificial para a oração, o estudo e a interpretação da Torah. Esta

parte da pesquisa pretende examinar como a sinagoga emergiu como o coração da vida comunitária judaica, como a memória do Templo permanece viva na consciência e prática judaicas e como o rabino evoluiu de um mestre interpretativo para uma figura central que guia espiritualmente as comunidades judaicas modernas, demonstrando a notável capacidade do Judaísmo de se reinventar enquanto mantém continuidade com sua tradição histórica.

4.1 A Sinagoga: Centro da Vida Religiosa

A sinagoga (Beit Knesset em hebraico, literalmente "casa de assembleia") é o centro da vida religiosa judaica, particularmente desde a destruição do Segundo Templo em 70 d.C. Enquanto o Templo era o lugar onde os sacrifícios eram oferecidos e onde Deus era considerado residente de forma especial, a sinagoga é um lugar de oração, estudo e assembleia comunitária.

A sinagoga desempenha múltiplas funções na comunidade judaica. É um lugar de oração coletiva, onde os judeus se reúnem para rezar três vezes ao dia (de manhã, à tarde e à noite). É também um lugar de estudo, onde a Torah e os textos rabínicos são estudados. Muitas sinagogas também servem como centros comunitários, oferecendo aulas, eventos sociais e assistência aos necessitados. A sinagoga é democrática em sua estrutura: qualquer judeu adulto pode liderar a oração, e não há uma classe sacerdotal separada como havia no Templo.

A arquitetura de uma sinagoga tipicamente inclui um Aron Hakodesh (Arca Sagrada) que contém os rolos da Torah, uma Bimah (plataforma elevada) de onde a Torah é lida, e assentos para a congregação. Muitas sinagogas também têm uma Ner Tamid (Lâmpada Eterna) que queima continuamente, simbolizando a presença de Deus. A orientação da sinagoga é tipicamente em direção a Jerusalém, refletindo a importância contínua de Jerusalém e do Templo na consciência judaica, mesmo após sua destruição.¹⁶

¹⁶ Para aprofundamento sobre o valor do Templo e da Sinagoga na tradição judaica consulta a obra de Lee I. Levine, *A Sinagoga na Antiguidade Tardia*, São Paulo, Editora Judaica, 1994.

4.2 O Templo: Centro Histórico do Culto Judaico

Embora o Templo de Jerusalém tenha sido destruído em 70 d.C., ele permanece central para a teologia e identidade judaicas. O Primeiro Templo foi construído pelo Rei Salomão no século X a.C. como o lugar onde Deus era considerado residente de forma especial e onde os sacrifícios eram oferecidos. O Templo continha o Santo dos Santos (Kodesh Hakodashim), uma câmara interna onde apenas o Sumo Sacerdote podia entrar, uma vez por ano, no Dia da Expição.

O Primeiro Templo foi destruído pelos babilônios em 586 a.C., levando ao exílio de muitos judeus. O Segundo Templo foi construído após o retorno do exílio, em 516 a.C., e permaneceu em pé até sua destruição pelos romanos em 70 d.C. A perda do Templo foi um evento cataclísmico que transformou fundamentalmente a prática judaica, levando ao desenvolvimento do Judaísmo rabínico centrado na Torah e na oração em vez dos sacrifícios.

A memória do Templo permanece viva na prática judaica contemporânea. Os judeus jejuam no Nono de Av (Tisha B'Av) para lamentar a destruição do Templo. A oração é considerada um substituto dos sacrifícios: "Que a oração de meus lábios seja aceitável como sacrifício" (Sm 141,2). A esperança pela reconstrução do Templo é expressa em várias orações e é considerada parte da fé messiânica judaica por muitos judeus Ortodoxos.

4.3 O Rabino: Mestre e Líder Espiritual

O rabino (literalmente "meu mestre") é um especialista em Torah e Halakha que serve como mestre espiritual e líder da comunidade judaica. Diferentemente do sacerdócio do Templo, que era hereditário e limitado aos descendentes de Aarão, o rabinato é uma posição alcançada através do estudo e reconhecimento de competência em Torah e Halakha.

O desenvolvimento do rabinato como instituição ocorreu gradualmente após a destruição do Segundo Templo. Os primeiros rabinos eram mestres que interpretavam a Torah e desenvolviam a Halakha para aplicação contemporânea. Gradualmente, os rabinos adquiriram autoridade legal e religiosa sobre as comunidades judaicas, servindo como juízes, mestres, conselheiros espirituais e líderes comunitários.

O rabino contemporâneo tem múltiplas responsabilidades. Ele é um especialista em Torah e Halakha, consultado sobre questões de lei religiosa. Ele é um mestre, ensinando Torah e textos rabínicos à comunidade. Ele é um conselheiro espiritual que oferece orientação sobre questões morais e pessoais. Ele é um líder comunitário, representando a comunidade judaica ao público em geral e coordenando atividades comunitárias. Para muitos judeus, o rabino é uma figura central na vida religiosa, e sua interpretação da Halakha é amplamente respeitada e seguida.

5. Evolução Histórica e Correntes Contemporâneas do Judaísmo

A evolução histórica do Judaísmo, desde a Diáspora até o período contemporâneo, reflete a notável capacidade da tradição judaica de se adaptar a contextos radicalmente diferentes, ao mesmo tempo em que mantém sua identidade fundamental. Este subtítulo apresenta como o Judaísmo medieval desenvolveu-se em múltiplas direções geográficas e culturais, como a Emancipação Judaica do século XVIII e XIX precipitou uma crise de identidade que levou ao surgimento de correntes distintas — Reformista, Conservador e Ortodoxo — cada uma oferecendo uma resposta diferente à questão de como permanecer fiel à tradição enquanto se adapta à modernidade, e como o Sionismo ofereceu uma solução alternativa através da afirmação da identidade nacional judaica e do retorno à Terra de Israel.

5.1 O Judaísmo Medieval e a Diáspora

Após a destruição do Segundo Templo e a revolta de Bar Kokhba (132-135 d.C.), os judeus foram dispersos por todo o Império Romano e além, em um processo conhecido como Diáspora. Durante a Idade Média, as comunidades judaicas se desenvolveram em várias regiões: Sefaradim (judeus de origem espanhola e portuguesa) no Oriente Médio e Norte da África, Ashkenazim (judeus de origem alemã e da Europa Oriental) na Europa Central e Oriental, e comunidades em várias outras regiões.¹⁷

Durante a Idade Média, o Judaísmo desenvolveu-se em direções diferentes em diferentes regiões. Na Espanha medieval, durante o período conhecido como Idade de Ouro Judaica

¹⁷Esther Benbassa, *Os Judeus dos Balcãs: A Comunidade Judeu-Espanhola, Séculos XV a XX*.

(séculos X-XII), houve um florescimento da filosofia judaica, da poesia e da ciência, com figuras como Maimônides e Judá Halevi oferecendo sofisticadas defesas filosóficas da fé judaica. Na Europa Oriental, o Judaísmo desenvolveu-se em uma direção mais mística, culminando no surgimento do Hasidismo no século XVIII, um movimento que enfatizava a devoção emocional e a alegria na observância religiosa.

5.2 O Judaísmo Moderno e as Correntes Contemporâneas

A Emancipação Judaica dos séculos XVIII e XIX, que concedeu aos judeus direitos civis iguais na Europa Ocidental, precipitou uma crise de identidade no Judaísmo. Se os judeus eram agora cidadãos iguais em seus países, qual era sua relação com a religião judaica e com a Terra de Israel? Esta questão levou ao surgimento de várias correntes do Judaísmo moderno.¹⁸

O Judaísmo Reformista, que surgiu na Alemanha no século XIX, buscava modernizar o Judaísmo, removendo aspectos que pareciam incompatíveis com a vida moderna. Os Reformistas eliminaram muitas práticas tradicionais, como o uso do hebraico na liturgia, a observância rigorosa do Kashrut e as leis do Shabat. Eles enfatizavam a universalidade da mensagem ética judaica e viam o Judaísmo primariamente como uma religião, não como uma identidade nacional.

O Judaísmo Conservador (ou Masorti, "tradicional") surgiu como um meio-termo entre o Reformismo e o Ortodoxismo. Os Conservadores buscavam manter a tradição judaica, ao mesmo tempo em que permitiam mudanças baseadas em princípios halákicos.¹⁹ Eles mantiveram muitas práticas tradicionais, como o uso do hebraico na liturgia e a observância do Kashrut, mas permitiram mudanças em outras áreas, como a ordenação de mulheres como rabinas e a permissão de viagens no Shabat em certas circunstâncias.

¹⁸ Mendes-Flohr; Paul & Reinharz; Jehuda, *O Judeu no Mundo Moderno: Uma História Documental*.

¹⁹ O termo "halákicos" refere-se aos princípios e métodos da Halakha, que é a lei judaica tradicional. Halakha (do hebraico הלכה, literalmente "o caminho" ou "a forma de caminhar") é o sistema de lei e prática religiosa que governa todos os aspectos da vida judaica.

O Judaísmo Ortodoxo buscava preservar a tradição judaica em sua forma mais completa, resistindo às mudanças modernizantes. Os Ortodoxos mantêm a observância rigorosa da Halakha, consideram a Torah como revelação divina imutável e veem a tradição rabínica como vinculante. Dentro do Ortodoxismo, existem várias subdivisões: o Judaísmo Ortodoxo Moderno busca equilibrar a observância religiosa rigorosa com a participação na sociedade moderna, enquanto o Judaísmo Haredi (literalmente "aquele que teme") busca manter uma separação mais completa da sociedade secular.

O Sionismo, movimento que surgiu no final do século XIX, buscava o retorno dos judeus à Terra de Israel e o estabelecimento de um estado judeu. O Sionismo oferecia uma resposta à questão da identidade judaica moderna: em vez de ver o Judaísmo apenas como uma religião, o Sionismo enfatizava a identidade nacional judaica e o direito dos judeus a uma pátria. O estabelecimento do Estado de Israel em 1948 foi o cumprimento do sonho sionista e transformou fundamentalmente a identidade judaica contemporânea.²⁰

5.3 O Holocausto e Suas Implicações Teológicas

O Holocausto, o assassinato sistemático de seis milhões de judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, foi o evento mais cataclísmico na história judaica moderna. O Holocausto suscitou questões teológicas profundas: como um Deus onipotente e misericordioso permitiu tal sofrimento? Como o Judaísmo pode continuar após tal devastação?

Diferentes pensadores judaicos ofereceram respostas distintas a essas questões. Alguns, como Richard Rubenstein, sugeriram que o Holocausto representa a morte de Deus, ou, pelo menos, a morte da ideia tradicional de um Deus onipotente que intervém na história. Outros, como Eliezer Berkovits, argumentaram que o Holocausto representa um teste extremo da fé judaica e que a continuidade da vida judaica após o Holocausto é, em si, uma afirmação de fé. Outros ainda enfatizaram a importância de lembrar o Holocausto e de garantir que "nunca mais" tal atrocidade ocorra.

²⁰ Para aprofundamento sobre a questão do Estado de Israel consulta a obra de Theodor Herzl, *O Estado Judaico: Uma Tentativa de Solução Moderna da Questão Judaica*, São Paulo, Editora Judaica, 1992.

O Holocausto transformou a consciência judaica contemporânea. O Dia da Memória do Holocausto (Yom HaShoah) é agora observado por muitos judeus em todo o mundo. A memória do Holocausto também influenciou a política israelense e a compreensão judaica da segurança nacional. Para muitos judeus, o Holocausto reforçou a importância do Estado de Israel como um refúgio seguro para o povo judeu.

6. O Judaísmo Contemporâneo

O Judaísmo contemporâneo reflete a pluralidade e a complexidade da identidade judaica moderna, caracterizado pela coexistência de múltiplas correntes religiosas, pela crescente igualdade de gênero e pelo envolvimento ativo em diálogo inter-religioso com cristãos, muçulmanos e outras tradições religiosas. Este texto examina como o Judaísmo moderno navega entre a fidelidade à tradição ancestral e a necessidade de se adaptar às realidades contemporâneas, como as mulheres conquistaram papéis cada vez mais centrais na vida religiosa judaica e como o Judaísmo busca construir pontes de compreensão e cooperação com outras comunidades religiosas, particularmente após as lições do Holocausto que ressaltaram a importância do diálogo inter-religioso e da rejeição do preconceito.

6.1 Características do Judaísmo Moderno e o Diálogo Inter-religioso

O Judaísmo contemporâneo é caracterizado por uma grande diversidade. Enquanto o Judaísmo Ortodoxo permanece fiel à observância rigorosa da Halakha, o Judaísmo Conservador e Reformista oferecem abordagens alternativas que permitem maior flexibilidade. Além disso, muitos judeus contemporâneos identificam-se como "judeus seculares" ou "judeus culturais", mantendo uma conexão com a identidade e a herança judaicas sem necessariamente observar práticas religiosas.

O Judaísmo contemporâneo também é caracterizado por uma crescente igualdade de gênero. Enquanto o Judaísmo tradicional tinha papéis de gênero distintos, com as mulheres excluídas de muitas práticas religiosas, o Judaísmo Conservador e Reformista reconhece mulheres como rabinas e lhes permite participar plenamente de todas as práticas religiosas. Mesmo no

Judaísmo Ortodoxo, há um crescente reconhecimento da importância das mulheres e de sua participação na vida religiosa, embora dentro do marco de papéis de gênero tradicionais.

O Judaísmo contemporâneo também está envolvido em diálogo significativo com outras religiões. Após o Holocausto, muitos judeus e cristãos reconheceram a necessidade de reconciliação e de compreensão mútua. O Concílio Vaticano II da Igreja Católica, em particular, emitiu uma declaração (*Nostra Aetate*) que rejeitava a acusação de deicídio contra os judeus e promovia o diálogo judeu-cristão.

O Judaísmo também está envolvido em diálogo com o Islamismo, particularmente em contextos onde judeus e muçulmanos vivem próximos. Embora o conflito israelense-palestino tenha complicado essas relações, há também exemplos de cooperação e diálogo significativos entre judeus e muçulmanos que buscam compreensão mútua e paz.²¹

Conclusão

O Judaísmo é uma tradição religiosa extraordinariamente antiga e complexa que tem moldado não apenas a vida de milhões de judeus ao longo de mais de três mil anos, mas também exercido uma influência profunda sobre a civilização ocidental como um todo. Desde suas origens com os patriarcas bíblicos até sua forma contemporânea, o Judaísmo demonstrou uma notável capacidade de adaptação e resiliência, mantendo uma identidade coerente baseada na Torah, na lei rabínica e na memória compartilhada de um povo em aliança com Deus.

Os fundamentos teológicos do Judaísmo — o monoteísmo radical, a ideia do povo eleito, a revelação da Torah, e a esperança messiânica — oferecem uma visão profunda da relação entre Deus e a humanidade que continua a inspirar reflexão espiritual. As práticas judaicas, desde a observância do Shabat até a celebração das festividades, desde a observância de Kashrut até a vida comunitária na sinagoga, entrelaçam religião, cultura e identidade de forma inseparável, criando um modo de vida que é simultaneamente antigo e contemporâneo.

²¹ Para aprofundamento sobre a temática da paz religiosa no mundo e sugerido: Hans Küng & Karl-Josef Kuschel, *Uma Ética Global: A Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1998.

O Judaísmo contemporâneo é caracterizado por uma grande diversidade, com diferentes correntes oferecendo diferentes abordagens à tradição. Contudo, apesar dessa diversidade, há uma continuidade notável com a tradição histórica. A memória do Holocausto, o estabelecimento do Estado de Israel e o diálogo inter-religioso contemporâneo continuam a moldar a consciência judaica, oferecendo novos contextos para a expressão da antiga fé judaica.

Para o leigo que busca compreender o Judaísmo, é importante reconhecer que este não é meramente uma religião de crenças abstratas, mas uma tradição viva que entrelaça história, lei, ética, cultura e identidade. Compreender o Judaísmo é compreender não apenas um sistema teológico, mas um povo e sua jornada através dos séculos, marcada por períodos de glória e períodos de sofrimento, mas sempre sustentada pela fé em um Deus único e pelas promessas feitas aos patriarcas.

Questões para Aprofundamento sobre o Judaísmo

1. Qual é a diferença fundamental entre a Torah escrita e a Torah oral, e por que ambas são consideradas de origem divina?

- A Torah escrita (Torah she-Biklav) refere-se aos cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), que a tradição judaica ensina terem sido revelados por Deus a Moisés no Monte Sinai de forma completa e imutável. A Torah oral (Torah she-Be'al Peh) é a tradição de interpretação dessa Torah escrita, transmitida oralmente de geração em geração até ser codificada por escrito na Mishnah (cerca 200 d.C.) e posteriormente expandida no Talmud. Ambas são consideradas de origem divina porque a tradição judaica ensina que foram reveladas simultaneamente por Deus a Moisés: a Torah escrita é a revelação literal, enquanto a Torah oral é a explicação integral dessa revelação. Esta distinção permite que o Judaísmo seja simultaneamente fiel a uma revelação antiga e imutável (a Torah escrita) e capaz de adaptar-se a contextos contemporâneos (através da interpretação da Torah oral). A Torah oral não é uma adição posterior, mas uma parte integral da revelação divina, permitindo que a Lei mosaica antiga permaneça relevante para a vida judaica contemporânea.

2. O que significa ser um "povo eleito" no Judaísmo, e essa ideia implica superioridade sobre outras nações?

- Ser um "povo eleito" (Am Segula) no Judaísmo refere-se a uma escolha divina de responsabilidade especial, não à superioridade. Deus escolheu o povo judeu para receber a Torah e para servir como uma "luz para as nações", um exemplo moral e espiritual para a humanidade. Esta eleição vem acompanhada de responsabilidades significativas: os judeus são obrigados a observar 613 mandamentos contidos na Torah, enquanto os

gentios são obrigados apenas aos sete mandamentos de Noé. Esta diferença não representa privilégio, mas sim uma responsabilidade acrescida. A tradição judaica ensina que a eleição é condicional: se o povo judeu observar a aliança e cumprir os mandamentos de Deus, receberá bênçãos; se violar a aliança, enfrentará punição. A história judaica, com seus períodos de exílio, perseguição e sofrimento, é frequentemente interpretada como consequência de falhas no cumprimento da aliança. Além disso, a tradição judaica ensina que os gentios que observam os sete mandamentos de Noé têm um lugar no mundo vindouro, demonstrando que o Judaísmo reconhece uma dimensão universal da vontade divina, apesar de sua ênfase particularista na relação especial entre Deus e o povo judeu.

3. Qual o valor dos 613 mandamentos (mitzvot) e como eles são organizados na tradição judaica?

- Os 613 mandamentos (mitzvot) são os preceitos contidos na Torah que formam a base da lei judaica. Eles são divididos em mandamentos positivos (coisas que se deve fazer) e negativos (coisas que se deve evitar). Esses mandamentos cobrem todas as áreas da vida: religião (como observar o Shabat e as festividades), moralidade (como honrar os pais e não roubar), direito civil (como estabelecer tribunais justos), saúde e higiene (como as leis de Kashrut) e relações sociais (como tratar estrangeiros e pobres com justiça). A organização específica dos 613 mandamentos foi realizada por Maimônides no século XII, que os dividiu em 248 mandamentos positivos e 365 mandamentos negativos. A observância desses mandamentos não é vista como um fardo opressivo, mas como uma expressão de amor por Deus e de compromisso com a aliança divina. A tradição judaica ensina que através da observância dos mandamentos, os judeus participam na santificação do mundo (Tikun Olam) e na realização do propósito divino.

Diferentes escolas de pensamento judaico oferecem interpretações variadas sobre a aplicação prática desses mandamentos, particularmente em contextos contemporâneos.

4. Qual é o significado teológico do Shabat no Judaísmo, e como é observado?

- O Shabat (Sábado) é o dia sagrado de repouso semanal no Judaísmo, observado do pôr do sol de sexta-feira até o aparecimento das três primeiras estrelas de sábado à noite. O Shabat é baseado no Quarto Mandamento dos Dez Mandamentos e comemora a criação do mundo por Deus em seis dias e seu repouso no sétimo dia. Teologicamente, o Shabat serve como um sinal perpétuo da aliança entre Deus e o povo judeu e como um "gosto do mundo vindouro", no qual os judeus experimentam a paz e a harmonia que caracterizarão a era messiânica. A observância do Shabat envolve a abstenção de 39 categorias de trabalho criativo, que incluem escrever, cozinhar, usar eletricidade (para os judeus Ortodoxos), viajar e realizar transações comerciais. Em vez disso, o Shabat é dedicado ao repouso, à oração, ao estudo da Torah e ao tempo em família. A refeição de Shabat é um momento central, frequentemente iniciada com a bênção sobre o vinho (Kiddush) e sobre o pão (Hamotzi). Para muitos judeus, o Shabat é o aspecto mais importante da prática religiosa, pois encapsula os valores judaicos de repouso, família, comunidade e conexão com Deus. A observância do Shabat é tão central que é considerada equivalente em importância a todos os demais mandamentos combinados.

5. Descreva as três principais festividades de peregrinação (Shalosh Regalim) e seu significado na tradição judaica.

- As três principais festividades de peregrinação são Páscoa (Pesach), Pentecostes (Shavuot) e Tabernáculos (Sukkot). Páscoa é celebrada na primavera (mês de Nisan, março-abril) e comemora a libertação dos hebreus da escravidão no Egito. A observância dura sete dias (oito na

diáspora) e é marcada pela abstenção de alimentos fermentados (Chametz) e pelo consumo de pão ázimo (Matza). A refeição central é o Seder de Páscoa, um ritual que narra a história do Êxodo por meio de alimentos simbólicos. Pentecostes é celebrado 50 dias após a Páscoa e comemora a revelação da Torah a Moisés no Monte Sinai. Shavuot é observado por dois dias (um em Israel) e é marcado pela leitura dos Dez Mandamentos e pelo consumo de alimentos lácteos. Tabernáculos é celebrado no outono (mês de Tishrei, setembro-outubro) e comemora a peregrinação dos hebreus no deserto após o Êxodo. Durante Sukkot, os judeus constroem cabanas temporárias (Sukkot) e nelas comem e dormem, lembrando-se das cabanas nas quais os hebreus viveram no deserto. Sukkot também é uma festa de colheita, celebrando a abundância da terra. Essas três festividades são consideradas "festividades de peregrinação" porque, historicamente, os judeus peregrinavam ao Templo de Jerusalém para celebrá-las.

6. O que são as leis de Kashrut (leis alimentares judaicas) e qual é seu significado na vida judaica?

- As leis de Kashrut especificam quais animais podem ser consumidos e como devem ser preparados. Um animal é considerado Kosher (adequado) se atender a critérios específicos: os mamíferos devem ser ruminantes com cascos divididos (como gado, ovelhas e cabras), enquanto os porcos, embora tenham cascos divididos, não são ruminantes e, portanto, não são Kosher. Os peixes devem ter barbatanas e escamas (exceto mariscos e crustáceos). Apenas aves específicas são permitidas, enquanto insetos e répteis são geralmente proibidos. Além das restrições sobre quais animais podem ser consumidos, a Kashrut também governa como os animais devem ser mortos (por meio de um método específico chamado Shechita) e como a carne deve ser preparada. A carne deve ser salgada para remover o sangue, pois o consumo de sangue é explicitamente proibido. Além disso,

a carne e os laticínios não podem ser consumidos na mesma refeição e devem ser preparados em utensílios separados. As razões para as leis de Kashrut têm sido debatidas ao longo dos séculos: algumas explicações enfatizam razões de saúde e higiene, outras enfatizam a santidade e a separação do profano, enquanto outras veem as leis como testes de obediência à vontade divina. A observância de Kashrut é um aspecto central da identidade judaica para muitos judeus, servindo como um lembrete constante de sua aliança com Deus.

7. Qual é o papel da Sinagoga na vida judaica contemporânea, e como ela se diferencia do Templo histórico?

- A Sinagoga (Beit Knesset em hebraico, literalmente "casa de assembleia") é o centro da vida religiosa judaica, particularmente desde a destruição do Segundo Templo em 70 d.C. Enquanto o Templo era o lugar onde os sacrifícios eram oferecidos e onde Deus era considerado residente de forma especial, a sinagoga é um lugar de oração, estudo e assembleia comunitária. A sinagoga serve múltiplas funções: é um lugar de oração coletiva, onde os judeus se reúnem para rezar três vezes ao dia; é um lugar de estudo, onde a Torah e os textos rabínicos são estudados; e muitas sinagogas também servem como centros comunitários. A sinagoga é democrática em sua estrutura: qualquer judeu adulto pode liderar a oração, e não há uma classe sacerdotal separada como havia no Templo. A arquitetura de uma sinagoga tipicamente inclui um Aron Hakodesh (Arca Sagrada) que contém os rolos da Torah, uma Bimah (plataforma elevada) de onde a Torah é lida, e assentos para a congregação. A orientação da sinagoga é tipicamente em direção a Jerusalém, refletindo a importância contínua de Jerusalém e do Templo na consciência judaica, mesmo após sua destruição. A transição de um Judaísmo centrado no Templo para um

Judaísmo centrado na sinagoga foi crucial para a sobrevivência do Judaísmo como religião viva após a perda de seu centro político e religioso.

8. Qual é o papel do Rabino na tradição judaica e como ele se diferencia do sacerdócio do Templo?

- O Rabino (literalmente "meu mestre") é um especialista em Torah e Halakha (lei judaica) que serve como mestre espiritual e líder da comunidade judaica. Diferentemente do sacerdócio do Templo, que era hereditário e limitado aos descendentes de Aarão, o rabinato é uma posição alcançada através do estudo e reconhecimento de competência em Torah e Halakha. O desenvolvimento do rabinato como instituição ocorreu gradualmente após a destruição do Segundo Templo. Os primeiros rabinos eram mestres que interpretavam a Torah e desenvolviam a Halakha para aplicação contemporânea. Gradualmente, os rabinos adquiriram autoridade legal e religiosa sobre as comunidades judaicas. O rabino contemporâneo tem múltiplas responsabilidades: é um especialista em Torah e Halakha, consultado sobre questões de lei religiosa; é um mestre, ensinando Torah e textos rabínicos à comunidade; é um conselheiro espiritual, oferecendo orientação em questões morais e pessoais; e é um líder comunitário, representando a comunidade judaica ao público em geral. Para muitos judeus, o rabino é uma figura central na vida religiosa, e sua interpretação da Halakha é amplamente respeitada e seguida. A autoridade rabínica não se baseia em uma linhagem sacerdotal, mas em conhecimento e sabedoria, o que reflete a democratização da liderança religiosa no Judaísmo pós-Templo.

9. Como o Holocausto transformou a teologia e a identidade judaica contemporânea?

- O Holocausto, o assassinato sistemático de seis milhões de judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, foi o evento mais cataclísmico da história judaica moderna e suscitou questões teológicas profundas.

Como um Deus onipotente e misericordioso poderia permitir tal sofrimento? Como o Judaísmo pode continuar após tal devastação? Diferentes pensadores judaicos ofereceram respostas distintas. Alguns, como Richard Rubenstein, sugeriram que o Holocausto representa a morte de Deus, ou pelo menos a morte da ideia tradicional de um Deus onipotente que intervém na história. Outros, como Eliezer Berkovits, argumentaram que o Holocausto representa um teste extremo da fé judaica e que a continuidade da vida judaica após o Holocausto é, em si, uma afirmação de fé. Outros ainda enfatizaram a importância de lembrar o Holocausto e de garantir que "nunca mais" tal atrocidade ocorra. O Holocausto transformou fundamentalmente a consciência judaica contemporânea. O Dia da Memória do Holocausto (Yom HaShoah) é agora observado por muitos judeus em todo o mundo. A memória do Holocausto também influenciou a política israelense e a compreensão judaica da segurança nacional. Para muitos judeus, o Holocausto reforçou a importância do Estado de Israel como um refúgio seguro para o povo judeu. Além disso, o Holocausto levou a um diálogo significativo entre judeus e cristãos, com muitos reconhecendo a necessidade de reconciliação e compreensão mútua. O Concílio Vaticano II, em particular, ofereceu uma declaração que rejeitava a acusação de deicídio contra os judeus e promovia o diálogo judeu-cristão.

10. Quais são as principais correntes do Judaísmo contemporâneo e como elas diferem em sua abordagem à Halakha e à tradição?

- As três principais correntes do Judaísmo contemporâneo são o Judaísmo Ortodoxo, o Judaísmo Conservador e o Judaísmo Reformista. O Judaísmo Ortodoxo busca preservar a tradição judaica em sua forma mais completa, resistindo às mudanças modernizantes. Os Ortodoxos mantêm a observância rigorosa da Halakha, consideram a Torah como revelação

divina imutável e veem a tradição rabínica como vinculante. Dentro do Ortodoxismo, existem várias subdivisões: o Judaísmo Ortodoxo Moderno busca equilibrar a observância religiosa rigorosa com a participação na sociedade moderna, enquanto o Judaísmo Haredi (literalmente "aquele que teme") busca manter uma separação mais completa da sociedade secular. O Judaísmo Conservador (ou Masorti, "tradicional") surgiu como um meio-termo entre o Reformismo e o Ortodoxismo. Os Conservadores buscam manter a tradição judaica, ao mesmo tempo em que permitem mudanças baseadas em princípios halákicos. Eles mantêm muitas práticas tradicionais, como o uso do hebraico na liturgia e a observância do Kashrut, mas permitem mudanças em outras áreas, como a ordenação de mulheres como rabinas. O Judaísmo Reformista, que surgiu na Alemanha no século XIX, buscava modernizar o Judaísmo, removendo aspectos que pareciam incompatíveis com a vida moderna. Os Reformistas eliminaram muitas práticas tradicionais e enfatizaram a universalidade da mensagem ética judaica. Além dessas três correntes principais, muitos judeus contemporâneos identificam-se como "judeus seculares" ou "judeus culturais", mantendo uma conexão com a identidade e a herança judaicas sem necessariamente observar práticas religiosas. Todas essas correntes refletem diferentes respostas à questão de como o Judaísmo pode permanecer fiel à tradição enquanto se adapta aos contextos contemporâneos.

Referencias Bibliográficas:

- Benbassa, Esther. *Os Judeus dos Balcãs: A Comunidade Judeu-Espanhola, Séculos XV a XX*. Traduzido por João Marques Bentes. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- Berkovits, Eliezer. *Ensaio Essenciais sobre o Judaísmo*. Traduzido por David Golinkin. Jerusalém: Editora Shalem, 2002.
- Herzl, Theodor. *O Estado Judaico: Uma Tentativa de Solução Moderna da Questão Judaica*. Traduzido por Sylvie D'Avigdor. São Paulo: Editora Judaica, 1992.
- Heschel, Abraham Joshua. *O Shabat: Seu Significado para o Homem Moderno*. Traduzido por Ilan Gurevich. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- Kasher, Menachem M. *Hagadá Completa: Uma Hagadá de Páscoa Abrangente*. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Editora Judaica, 1992.
- Kellner, Menachem (org.). *A Busca do Ideal: Escritos Judaicos de Steven Schwarzschild*. Traduzido por Ilan Gurevich. São Paulo: Editora Judaica, 1995.
- Kitchen, Kenneth A. *Sobre a Confiabilidade do Antigo Testamento*. Traduzido por João Marques Bentes. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- Küng, Hans & Kuschel, Karl-Josef (orgs.). *Uma Ética Global: A Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo*. Traduzido por João Marques Bentes. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- Kaplan, Aryeh. *A Torah Viva: Uma Nova Tradução Baseada em Fontes Tradicionais Judaicas*. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Editora Judaica, 1988.
- Leibowitz, Nehama. *Estudos em Êxodo*. 2ª ed. Traduzido por Ilan Gurevich. Jerusalém: Organização Sionista Mundial, 1976.
- Levine, Lee I. (org.). *A Sinagoga na Antiguidade Tardia*. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Editora Judaica, 1994.
- Mendes-Flohr, Paul & Reinharz, Jehuda (orgs.). *O Judeu no Mundo Moderno: Uma História Documental*. 3ª ed. Traduzido por Ilan Gurevich. São Paulo: Editora Judaica, 2013.
- Neusner, Jacob. *A Tradição Rabínica e o Judaísmo Rabínico*. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Associação Cultural Judaica, 1992.

- Novak, David. *A Imagem do Não-Judeu no Judaísmo: Um Estudo Histórico e Construtivo das Leis de Noé*. Traduzido por João Marques Bentes. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.
- Sarna, Nahum M. *Comentário da Torah JPS: Gênesis*. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Associação Cultural Judaica, 1995.
- Schürer, Emil. *A História do Povo Judeu na Época de Jesus Cristo*. Ed. Revisada. Traduzido por Gérson Lopes. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.
- Steinsaltz, Adin. *O Talmud Essencial: Uma Tradução e Comentário*. Traduzido por João Marques Bentes. São Paulo: Vida Nova, 1990.
- Telushkin, Joseph. *Alfabetização Judaica: As Coisas Mais Importantes para Saber sobre a Religião Judaica, Seu Povo e Sua História*. Ed. Revisada. Traduzido por David Golinkin. São Paulo: Editora Judaica, 2004.

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES: ISLAMISMO

O Islamismo é a segunda maior religião do mundo, com aproximadamente 1,8 bilhões de seguidores distribuídos por todos os continentes. A palavra "Islã" significa "submissão" ou "entrega" em árabe, refletindo a essência da fé islâmica: a submissão completa à vontade de Alá (Deus). Diferentemente de muitas outras religiões que se desenvolveram gradualmente ao longo de séculos, o Islamismo emergiu de forma relativamente rápida no século VII d.C., fundado pelo profeta Maomé na Península Arábica. Em pouco mais de um século, o Islamismo se expandiu de uma pequena comunidade em Meca para um império que se estendia da Espanha até a Índia, transformando fundamentalmente a política, a cultura e a religião do mundo medieval. Este texto pretende examinar as origens históricas do Islamismo, seus fundamentos teológicos centrais, as práticas religiosas que definem a vida islâmica e a evolução dessa tradição ao longo de mais de 1.400 anos. Compreenderemos como o Islamismo, apesar de sua diversidade interna e dos desafios históricos, manteve uma identidade coerente baseada no Alcorão, na Suna (exemplo do Profeta) e na lei islâmica (Sharia).

1. As Origens Históricas do Islamismo

As origens históricas do Islamismo emergem do contexto complexo da Península Arábica do século VII d.C., uma região marcada por tribos nômades, centros comerciais cosmopolitas e uma mistura de tradições religiosas pagãs, cristãs e judaicas. A seguir veremos como Maomé, um comerciante de Meca que se dedicou à reflexão espiritual, supostamente recebeu revelações divinas que o levaram a pregar uma mensagem radical de monoteísmo absoluto e justiça social, enfrentando intensa perseguição em sua cidade natal antes de estabelecer a primeira comunidade islâmica em Medina em 622 d.C. A Hégira marca o ponto de virada que transformou o Islamismo de um movimento religioso perseguido em uma força política e religiosa dominante, culminando na conquista de Meca e na consolidação de uma religião que moldaria profundamente a história mundial nos séculos subsequentes.

1.1 A Península Árábica Pré-Islâmica e o Contexto Histórico

Para compreender o surgimento do Islamismo, é essencial entender o contexto histórico e cultural da Península Árábica no século VII d.C. Antes da chegada do Islamismo, a Península Árábica era habitada principalmente por tribos beduínas nômades e por comunidades urbanas em cidades como Meca e Medina. A religião predominante era o paganismo árabe, caracterizado pela adoração de múltiplos deuses e deusas, frequentemente associados a fenômenos naturais ou a aspectos da vida tribal. A Caaba, um santuário cúbico em Meca, era o centro religioso mais importante, abrigando ídolos de várias divindades e atraindo peregrinos de toda a Península Árábica.²²

A Península Árábica não estava completamente isolada do mundo religioso mais amplo. Havia comunidades cristãs e judaicas espalhadas por toda a região, particularmente em cidades comerciais como Meca e Medina. Esses contatos com o Cristianismo e o Judaísmo influenciaram a compreensão árabe do monoteísmo e da revelação divina. Além disso, a Península Árábica era um importante centro comercial, com rotas comerciais que conectavam o Oriente Médio, a Ásia e a África. Meca, em particular, era uma importante parada nas rotas comerciais, o que a tornava uma cidade próspera e cosmopolita.

A sociedade árabe pré-islâmica caracterizava-se por uma estrutura tribal forte, na qual a lealdade à tribo era preeminente. Não havia um governo centralizado e os conflitos entre tribos eram frequentes. A justiça era frequentemente administrada por meio da vingança tribal (Tha'r), o que gerava ciclos de violência e retaliação. As mulheres tinham um status social baixo, e práticas como o infanticídio feminino não eram incomuns. A pobreza e a desigualdade social eram problemas significativos, particularmente em cidades como Meca, onde a riqueza gerada pelo comércio e pelas peregrinações religiosas era distribuída de forma desigual.²³

²²Michael Lecker, *Pessoas, Tribos e Sociedade na Arábia ao Redor do Tempo de Maomé*, pp. 1-80.

²³Patricia Crone & Michael Cook, *Hagarismo: A Formação do Mundo Islâmico*.

1.2 Maomé: O Profeta do Islamismo

Maomé (Muhammad, em árabe) nasceu em Meca por volta de 570 d.C., em uma família de comerciantes da tribo Quraysh. Seu pai, Abdallá, morreu antes de seu nascimento, e sua mãe, Amina, morreu quando ele tinha apenas 6 anos. Maomé foi criado por seu avô, Abd al-Muttalib, e depois por seu tio, Abu Talib. Apesar de suas origens privilegiadas, Maomé era conhecido como uma pessoa honesta e confiável, ganhando o apelido de "al-Amin" (o Confiável).²⁴

Aos 25 anos, Maomé casou-se com Cadija, uma viúva rica e comerciante, 15 anos mais velha que ele. Esse casamento proporcionou a Maomé estabilidade financeira e permitiu-lhe dedicar-se à reflexão espiritual. Maomé era conhecido por passar longos períodos meditando em uma caverna no Monte Hira, fora de Meca, refletindo sobre questões religiosas e morais de seu tempo.

Aos 40 anos, durante uma de suas meditações no Monte Hira, Maomé relatou ter recebido a primeira revelação do Arcanjo Gabriel (Jibril em árabe). A revelação começou com as palavras "Iqra" ("Lê" ou "Recita"), e Maomé foi instruído a recitar as palavras que lhe foram reveladas. Maomé ficou profundamente perturbado por essa experiência e correu para casa, tremendo. Cadija o consolou e lhe assegurou que sua experiência era genuína, levando-o a consultar Waraqa ibn Nawfal, um cristão erudito que confirmou que Maomé havia recebido uma revelação divina semelhante às recebidas pelos profetas anteriores.²⁵

As revelações continuaram ao longo dos 23 anos seguintes, com Maomé recebendo mensagens do Arcanjo Gabriel em várias ocasiões. Essas revelações foram memorizadas por seus seguidores e posteriormente compiladas no Alcorão, o texto sagrado do Islamismo. As primeiras revelações enfatizavam a unicidade de Deus (Tawhid), a rejeição da idolatria, a importância da justiça social e da misericórdia para com os pobres.

²⁴Ibn Hisham, *A Vida de Maomé*, Oxford: Oxford University Press, 2014.

²⁵W. Montgomery Watt, *Maomé em Meca*, Primeiro Capítulo.

1.3 A Pregação em Meca e a Oposição

Inicialmente, Maomé pregava sua mensagem apenas a amigos e familiares próximos. Seus primeiros convertidos incluíram sua esposa Cadija, seu primo Ali, seu amigo Abu Bakr e seu servo Zaid. Contudo, após alguns anos, Maomé foi instruído a pregar publicamente. Sua mensagem de monoteísmo radical e de justiça social ameaçava os interesses dos líderes de Meca, que se beneficiavam do sistema de idolatria e da desigualdade social.

A oposição a Maomé e aos seus seguidores foi intensa. Os líderes de Meca, particularmente os membros ricos da tribo Quraysh, viam a pregação de Maomé como uma ameaça aos seus interesses econômicos e políticos. O sistema de peregrinação a Meca e à Caaba era uma importante fonte de renda, e a pregação de Maomé contra a idolatria ameaçava esse sistema. Além disso, a mensagem de Maomé sobre a igualdade de todos os crentes perante Deus desafiava a hierarquia tribal tradicional.

Os primeiros muçulmanos (aqueles que se submetem a Deus) enfrentaram perseguição significativa. Alguns foram torturados, outros boicotados economicamente e outros mortos. Maomé e seus seguidores foram forçados a se retirarem para a casa de seu tio, Abu Talib, onde permaneceram por vários anos em isolamento relativo. Durante esse período, muitos dos seguidores de Maomé fugiram para a Abissínia (atual Etiópia), um reino cristão que oferecia proteção aos muçulmanos perseguidos.²⁶

1.4 A Hégira e o Estabelecimento da Comunidade Islâmica em Medina

Após 13 anos de pregação em Meca, com pouco progresso e enfrentando perseguição crescente, Maomé recebeu um convite de Medina (então conhecida como Yathrib), uma cidade a cerca de 400 quilômetros ao norte de Meca. Medina era uma cidade pluralista com uma população mista de árabes pagãos, judeus e cristãos. Havia conflitos tribais significativos em Medina, e os líderes da cidade esperavam que Maomé, como figura religiosa respeitada, pudesse ajudar a restaurar a paz.

²⁶ Abu Jafar Muhammad ibn Jarir al-Tabari, *A História de al-Tabari: O Califado Primitivo*.

Em 622 d.C., Maomé e seus seguidores fugiram de Meca para Medina em um evento conhecido como Hégira (Hijra em árabe, significando "migração" ou "fuga"). A Hégira marca o ponto de virada na história do Islamismo e é considerada tão importante que o calendário islâmico começa com esse evento. O ano da Hégira é designado como 1 AH (Anno Hegirae).

Em Medina, Maomé estabeleceu a primeira comunidade islâmica (Ummah), baseada não em laços tribais, mas em uma fé religiosa comum. Maomé elaborou um documento conhecido como a Constituição de Medina, que estabelecia os direitos e responsabilidades dos membros da comunidade islâmica e regulava as relações entre muçulmanos, judeus e pagãos na cidade. Este documento é considerado um dos primeiros documentos constitucionais da história, estabelecendo princípios de justiça, igualdade e coexistência religiosa.²⁷

1.5 O Conflito com Meca e a Conquista de Meca

Embora Maomé tivesse estabelecido uma comunidade próspera em Medina, Meca permanecia uma ameaça. Os líderes de Meca viam o crescimento do Islamismo como uma ameaça direta a seus interesses e buscavam destruir a comunidade islâmica emergente. Isso levou a uma série de conflitos militares entre os muçulmanos de Medina e os mecenos.

O primeiro grande conflito foi a Batalha de Badr em 624 d.C., na qual um pequeno exército muçulmano de cerca de 300 homens derrotou uma força mecana muito maior, de cerca de 1.000 homens. A vitória em Badr foi vista como uma confirmação divina da missão de Maomé e aumentou significativamente o prestígio dos muçulmanos. Subsequentemente, houve outras batalhas, incluindo a Batalha de Uhud em 625 d.C., onde os muçulmanos sofreram uma derrota significativa, e a Batalha da Trincheira em 627 d.C., onde os muçulmanos conseguiram defender Medina contra um cerco mecano.²⁸

Após vários anos de conflito, Maomé e os líderes de Meca negociaram um tratado de paz conhecido como o Tratado de Hdaybiyyah em 628 d.C. Este tratado reconhecia os direitos dos muçulmanos e permitia que realizassem a peregrinação a Meca. Contudo, o tratado foi violado

²⁷Martin Lings, *Maomé: Sua Vida Baseada nas Fontes Mais Antigas*, Rochester: Inner Traditions, 2006.

²⁸Fred M. Donner, *As Conquistas Islâmicas Iniciais*, Princeton: Princeton University Press, 1981.

pelos mecenos, levando Maomé a organizar uma expedição militar para conquistar Meca em 630 d.C.

A conquista de Meca foi relativamente pacífica, com a maioria dos mecenos se rendendo sem resistência significativa. Maomé entrou em Meca como um conquistador, mas sua abordagem foi aparentemente pacífica. Ele perdoou a maioria de seus inimigos anteriores e permitiu que aqueles que desejassem se converter ao Islamismo o fizessem. A Caaba foi purificada de seus ídolos, e o santuário foi dedicado exclusivamente ao Alá. A peregrinação a Meca foi transformada de um rito pagão em um rito islâmico, que permanece central na prática islâmica até hoje.

1.6 Os Últimos Anos de Maomé e a Consolidação do Islamismo

Após a conquista de Meca em 630 d.C., o Islamismo se espalhou rapidamente pela Península Arábica. Tribos que haviam resistido à mensagem de Maomé agora se convertiam em massa, reconhecendo tanto a força militar quanto a autoridade espiritual da comunidade islâmica. Este período consolidou o Islamismo como um sistema político e social abrangente que oferecia uma alternativa viável à ordem tribal tradicional. A mensagem de igualdade diante de Deus e de justiça social, que havia sido ameaçadora para as elites de Meca, agora se tornava atraente para populações inteiras que buscavam uma nova identidade e um propósito.

Em 632 d.C., Maomé realizou sua única peregrinação a Meca como muçulmano, a Peregrinação de Despedida (Hajj al-Wada). Diante de aproximadamente 100 mil peregrinos, Maomé proferiu o Sermão de Despedida, reafirmando os princípios fundamentais do Islamismo: a igualdade de todos os crentes, a proibição da usura e da exploração, a importância da justiça e da misericórdia e a rejeição completa do paganismo. Este momento representou o apogeu do poder de Maomé e a consolidação de sua mensagem religiosa em uma comunidade global unificada pela fé islâmica.

Maomé morreu em Medina em 8 de junho de 632 d.C., aos 62 anos. Sua morte suscitou profundas questões sobre a sucessão na comunidade islâmica. Diferentemente de muitas tradições religiosas, Maomé não deixou um herdeiro claro nem designou explicitamente um

sucessor, levando a debates intensos sobre quem deveria ser o líder (Califa). Esta questão de sucessão levaria eventualmente à divisão fundamental do Islamismo entre Sunitas e Xiitas, uma divisão que persiste até os dias atuais e moldou profundamente a história islâmica subsequente.²⁹

2. Os Fundamentos Teológicos do Islamismo

Os fundamentos teológicos do Islamismo repousam sobre o Tawhid — a unicidade absoluta de Alá — que permeia todos os aspectos da fé islâmica. O conteúdo apresentará a compreensão islâmica de Deus por meio de seus atributos divinos, a revelação por meio de profetas, culminando em Maomé, a realidade do Dia do Julgamento como incentivo moral e a tensão entre predestinação divina e livre-arbítrio humano, questões que moldaram o pensamento islâmico ao longo dos séculos.

2.1 O Tawhid: A Unicidade de Deus

O conceito fundamental do Islamismo é o Tawhid (التوحيد), que significa "a afirmação da unicidade de Deus" ou "monoteísmo". O Tawhid é expresso na Shahada (الشهادة), a declaração de fé islâmica: "Não há deus senão Alá, e Maomé é o Mensageiro de Alá" (La ilaha illallah, Muhammadur rasulullah). Esta declaração, recitada com sinceridade, é suficiente para uma pessoa se tornar muçulmana.

O Tawhid é mais do que uma simples afirmação de que existe um único Deus; é a afirmação de que Alá é absolutamente único, sem parceiros, sem iguais e sem semelhança com a criação. O Alcorão enfatiza repetidamente a unicidade de Alá: "Dize: Ele é Alá, Único. Alá é o Absoluto. Não gerou, nem foi gerado. E não há ninguém semelhante a Ele" (Alcorão 112, 1-4).³⁰

O Tawhid também implica a rejeição completa da idolatria e da associação de parceiros com Alá (Shirk). O Shirk é considerado o pecado mais grave no Islamismo, pois viola o princípio

²⁹Wilfred Madelung, *A Sucessão a Maomé: Um Estudo do Califado Primitivo*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

³⁰*O Alcorão*, São Paulo: Associação Cultural Islâmica, 2008.

fundamental de que Alá é único e não deve ser adorado juntamente com outras divindades ou entidades. O Alcorão afirma: "Alá não perdoa que Lhe associem parceiros, mas perdoa tudo mais a quem Ele quer" (Alcorão 4, 48).

O conceito islâmico de Deus (Alá) é caracterizado por vários atributos divinos, conhecidos como os Noventa e Nove Nomes de Alá (Asma ul-Husna). Esses nomes incluem "O Misericordioso" (Ar-Rahman), "O Compassivo" (Ar-Rahim), "O Justo" (Al-Adl), "O Sábio" (Al-Hakim), "O Poderoso" (Al-Aziz) e muitos outros. Cada nome representa um aspecto da natureza divina e os muçulmanos são encorajados a refletir sobre esses nomes e a cultivar as virtudes correspondentes em suas próprias vidas.³¹

2.2 A Profecia e a Revelação Divina

O Islamismo ensina que Alá se comunicou com a humanidade através de uma série de profetas e mensageiros. O Alcorão menciona 25 profetas pelo nome, incluindo Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé. Esses profetas foram enviados para guiar a humanidade e transmitir a mensagem de Alá. Contudo, o Islamismo ensina que Maomé é o "Selo dos Profetas" (Khatam an-Nabiyyin), o último profeta enviado por Alá. Após Maomé, não haverá mais profetas, e a revelação divina foi completada no Alcorão.³²

A revelação divina no Islamismo é considerada literal e inalterável. O Alcorão é a palavra de Alá (Kalam Allah), revelada a Maomé pelo Arcanjo Gabriel. Cada palavra, cada letra do Alcorão são consideradas sagradas e divinamente inspiradas. Isso contrasta com a compreensão cristã da Bíblia, na qual muitos cristãos a veem como a palavra de Deus por meio de autores humanos, o que permite maior flexibilidade na interpretação.

Além do Alcorão, o Islamismo também reconhece a importância da Suna (السنة), que significa "caminho" ou "prática". A Suna refere-se aos ensinamentos, práticas e exemplos de vida de Maomé, conforme registrados em coleções de tradições conhecidas como Hadith (الحديث). Os

³¹Toshihiko Izutsu, *Deus e o Homem no Alcorão: Semântica da Visão de Mundo Corânica*, Tokyo: Keio University Press, 1964.

³²Joseph Schacht, *Uma Introdução à Lei Islâmica*, pp. 1-50.

Hadith são relatos de coisas que Maomé disse, fez ou aprovou implicitamente. Eles fornecem orientação prática sobre como aplicar os princípios do Alcorão à vida cotidiana. Os Hadith são considerados a segunda fonte de autoridade no Islamismo, após o Alcorão.

2.3 O Dia do Julgamento e a Vida Após a Morte

O Islamismo enfatiza fortemente a realidade do Dia do Julgamento (Yawm al-Qiyamah), quando toda a humanidade será ressuscitada e julgada por Alá. No Dia do Julgamento, cada pessoa será responsabilizada por suas ações nesta vida. Aqueles que acreditaram em Alá e realizaram boas ações entrarão no Paraíso (Jannah), enquanto aqueles que rejeitaram Alá e cometeram más ações entrarão no Inferno (Jahannam).

A crença no Dia do Julgamento é tão central para o Islamismo que é mencionada em praticamente todas as surah (capítulos) do Alcorão. Esta crença serve como um poderoso incentivo moral, lembrando os muçulmanos de que suas ações nesta vida têm consequências eternas. O Alcorão descreve o Dia do Julgamento em termos vívidos: "Quando o céu se rasgar, quando as estrelas se dispersarem, quando os mares transbordarem, quando os túmulos forem revirados, cada alma saberá o que enviou adiante e o que deixou para trás" (Alcorão 82, 1-5).

O Paraíso islâmico é descrito como um lugar de beleza, paz e alegria, onde os crentes desfrutarão da companhia de Alá e de recompensas que superam a compreensão humana. O Inferno é descrito como um lugar de tormento e sofrimento para aqueles que rejeitaram Alá e praticaram más ações. Contudo, o Islamismo também ensina que mesmo aqueles que entram no Inferno não permanecerão lá eternamente se tiverem acreditado em Alá, pois eventualmente serão removidos do Inferno e entrarão no Paraíso.³³

2.4 A Predestinação e o Livre Arbítrio

Uma questão teológica importante no Islamismo é a relação entre a predestinação divina (Qadar) e o livre-arbítrio humano. O Alcorão afirma que Alá conhece todas as coisas, incluindo as ações futuras da humanidade: "Alá sabe o que cada alma fará amanhã" (Alcorão 31, 34).

³³Christian Lange, *Paraíso e Inferno nas Tradições Islâmicas*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

Contudo, o Alcorão também afirma que os seres humanos têm responsabilidade por suas ações e serão julgados por elas.

Esta questão levou a debates teológicos significativos ao longo da história islâmica. Alguns teólogos islâmicos, particularmente os Mu'tazilites, enfatizaram o livre-arbítrio humano, argumentando que Alá não pode ser injusto ao punir alguém por uma ação que não tinha escolha de realizar. Outros, particularmente os Ash'aritas, enfatizaram a predestinação divina, argumentando que Alá é absolutamente soberano e que todas as coisas ocorrem conforme a vontade divina. A maioria dos muçulmanos contemporâneos adota uma posição de meio-termo, afirmando que Alá conhece todas as coisas, mas que os seres humanos ainda têm responsabilidade por suas escolhas.

3. As Práticas Islâmicas Fundamentais: Os Cinco Pilares

Os Cinco Pilares do Islamismo constituem a estrutura fundamental da prática religiosa islâmica, estabelecendo os deveres essenciais que todo muçulmano deve cumprir para viver uma vida piedosa e em conformidade com a vontade de Alá. Este texto examina cada um dos cinco pilares — a Shahada (declaração de fé), a Salah (oração ritual), a Zakat (esmola obrigatória), o Sawm (jejum do Ramadã) e o Hajj (peregrinação a Meca) — demonstrando que essas práticas fundamentais não são meramente atos religiosos formais, mas expressões profundas de submissão a Deus, disciplina espiritual, solidariedade social e transformação pessoal, que unificam os muçulmanos em uma comunidade global de fé.

3.1 A Shahada: A Declaração de Fé

A Shahada (الشهادة), ou declaração de fé, é o primeiro pilar do Islamismo e a expressão mais fundamental da crença islâmica. A Shahada é: "Não há deus senão Alá, e Maomé é o Mensageiro de Alá" (La ilaha illallah, Muhammadur rasulullah). A recitação sincera desta declaração, acompanhada da intenção genuína de se tornar muçulmano, é suficiente para que uma pessoa se torne muçulmana, marcando o início de sua jornada espiritual na comunidade islâmica.

A Shahada ocupa um lugar central na vida religiosa islâmica, sendo recitada diariamente pelos muçulmanos nas suas orações rituais e marcando os momentos mais significativos da existência humana. É a primeira coisa que um muçulmano ouve quando nasce e a última coisa que deveria ouvir antes de morrer, simbolizando como essa declaração envolve toda a vida do crente, do nascimento até a morte, servindo como um fio condutor que une toda a experiência islâmica.

A Shahada é muito mais do que uma simples declaração verbal; é uma afirmação completa de fé que implica uma transformação profunda na vida. Ao recitar a Shahada com sinceridade, uma pessoa se compromete a submeter-se completamente à vontade de Alá e a seguir fielmente os ensinamentos de Maomé como guia para sua conduta. A Shahada também implica a rejeição absoluta de toda idolatria e a aceitação do monoteísmo islâmico como o princípio fundamental que deve orientar todas as dimensões de sua existência.

3.2 A Salah: A Oração Ritual

A Salah (الصلاة), ou oração ritual, é o segundo pilar do Islamismo. Os muçulmanos são obrigados a rezar cinco vezes ao dia em horários específicos: Fajr (antes do amanhecer), Dhuhr (ao meio-dia), Asr (à tarde), Maghrib (ao pôr do sol) e Isha (à noite). Esses horários de oração são determinados pela posição do sol e variam de acordo com a localização geográfica e a estação do ano.³⁴

A Salah é uma forma de comunicação direta com Alá e é considerada o aspecto mais importante da prática islâmica. Durante a Salah, o muçulmano coloca-se na presença de Alá e expressa sua submissão por meio de movimentos rituais específicos: de pé (Qiyam), inclinação (Ruku), prostração (Sujud) e assentamento (Julus). Cada movimento é acompanhado de recitações do Alcorão e de louvores a Alá.

A Salah pode ser realizada individualmente ou em congregação. A oração em congregação, particularmente a oração de sexta-feira (Jumu'ah) na mesquita, é altamente recomendada e é considerada mais meritória do que a oração individual. Durante a oração de sexta-feira, um

³⁴ Para aprofundamento na temática e sugerida a obra de Marion Holmes Katz, *Oração no Islamismo*, Oxford: Oxford University Press, 2014.

imam (líder da oração) conduz a congregação, e um khutbah (sermão) é proferido, oferecendo orientação espiritual e moral à comunidade.

A purificação ritual (Wudu) é um pré-requisito para a Salah. Antes de rezar, o muçulmano deve realizar uma ablução, lavando as mãos, o rosto, os antebraços e os pés. Esta prática de purificação não é apenas higiênica, mas também simbólica, representando a purificação espiritual necessária para se apresentar diante de Alá.³⁵

3.3 A Zakat: A Esmola Obrigatória

A Zakat (الزكاة), ou esmola obrigatória, é o terceiro pilar do Islamismo. A Zakat é uma contribuição financeira obrigatória que os muçulmanos devem dar aos pobres e necessitados. A Zakat é diferente da caridade voluntária (Sadaqah); é um direito legal dos pobres sobre a riqueza dos ricos, um imposto religioso obrigatório para todos os muçulmanos que possuem uma quantidade mínima de riqueza (Nisab).

A taxa de Zakat é geralmente de 2,5% da riqueza acumulada de uma pessoa (após deduzir as dívidas e as despesas necessárias). A Zakat deve ser paga anualmente, geralmente no final do mês de Ramadã (Zakat al-Fitr) ou em qualquer momento do ano (Zakat al-Mal). Os fundos da Zakat devem ser distribuídos aos oito grupos de pessoas mencionados no Alcorão: os pobres, os necessitados, os coletores de Zakat, aqueles cujos corações devem ser conquistados, escravos, devedores, aqueles que lutam no caminho de Alá e viajantes.³⁶

A Zakat serve múltiplos propósitos no Islamismo. Primeiro, é uma forma de purificar a riqueza e a alma de uma pessoa. Em segundo lugar, trata-se de um mecanismo de redistribuição da riqueza e de redução da desigualdade social. Terceiro, é uma expressão de solidariedade com os pobres e necessitados. O Alcorão afirma: "A piedade não consiste em virar vossos rostos para o Oriente ou para o Ocidente, mas piedoso é aquele que crê em Alá, no Dia do Juízo Final, nos

³⁵Para aprofundamento na temática é sugerida a obra de A. J. Wensinck, *O Credo Muçulmano: Sua Origem e Desenvolvimento Histórico*, Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

³⁶ Para aprofundamento na temática é sugerida a obra de Timur Kuran, *A Longa Divergência: Como a Lei Islâmica Impediu o Oriente Médio*, Princeton: Princeton University Press, 2011.

anjos, no Livro e nos profetas; que dá de sua riqueza, apesar de seu amor por ela, aos parentes, aos órfãos, aos pobres, ao viajante, aos mendigos e para libertar escravos" (Alcorão 2, 177).

3.4 O Sawm: O Jejum do Ramadã

O Sawm (الصوم), ou jejum, é o quarto pilar do Islamismo. Durante o mês de Ramadã, o nono mês do calendário islâmico lunar, os muçulmanos adultos são obrigados a abster-se de comida, bebida e relações sexuais do amanhecer ao pôr do sol. O Ramadã é considerado o mês mais sagrado do calendário islâmico, pois é o período em que Maomé recebeu as primeiras revelações do Alcorão.

O jejum do Ramadã serve múltiplos propósitos. Primeiro, é uma forma de disciplina espiritual e de autocontrole. Segundo, é uma forma de empatia com os pobres e necessitados, lembrando os muçulmanos da fome e da sede que os menos afortunados enfrentam diariamente. Terceiro, é uma oportunidade de reflexão espiritual, de arrependimento e de renovação da fé. Durante o Ramadã, os muçulmanos são encorajados a intensificar suas práticas religiosas, particularmente a leitura do Alcorão e a oração adicional à noite (Taraweeh).

O Ramadã termina com a festividade de Eid al-Fitr (Festa do Rompimento do Jejum), um dia de celebração e alegria em que os muçulmanos se reúnem para orar, trocar presentes e compartilhar refeições festivas com amigos e familiares. Eid al-Fitr é um dos dois principais feriados islâmicos e é celebrado por muçulmanos em todo o mundo.³⁷

3.5 O Hajj: A Peregrinação a Meca

O Hajj (الحج), ou peregrinação a Meca, é o quinto pilar do Islamismo. Todo muçulmano adulto que é fisicamente e financeiramente capaz é obrigado a realizar a peregrinação a Meca pelo menos uma vez em sua vida. O Hajj ocorre durante o mês de Dhul-Hijjah, o último mês do calendário islâmico lunar, e atrai milhões de peregrinos de todo o mundo a Meca a cada ano.

³⁷Para aprofundamentos sobre as festividades muçulmanas é sugerida a obra de Hayyim Scahuss, *As Festividades Judaicas: Um Guia para Sua História e Observância*.

O Hajj é uma experiência profundamente espiritual que envolve uma série de rituais específicos. Os peregrinos vestem roupas simples e brancas (Ihram) que simbolizam a igualdade de todos os muçulmanos diante de Alá, independentemente de sua riqueza ou status social. Os peregrinos circundam a Caaba sete vezes (Tawaf), correm entre os montes Safa e Marwa (Sa'y), permanecem em vigília em Arafat e apedrejam os pilares simbólicos de Satã em Mina.

O Hajj culmina com a festividade de Eid al-Adha (Festa do Sacrifício), quando os muçulmanos em todo o mundo sacrificam animais (geralmente cabras, ovelhas ou vacas) em comemoração do sacrifício de Abraão. A carne do sacrifício é distribuída entre os pobres, os amigos e a família. Eid al-Adha é o segundo principal feriado islâmico.

O Hajj é considerado uma experiência transformadora que purifica o muçulmano de seus pecados e o renova espiritualmente. O Alcorão afirma: "O Hajj é em meses bem conhecidos. Quem se propõe a realizá-lo, que saiba que não há obscenidade, nem devassidão, nem disputa durante o Hajj. E o bem que fizerdes, Alá o sabe. Levai provisões, mas a melhor provisão é o temor a Alá" (Alcorão 2, 197).

4. A Lei Islâmica: A Sharia

A Sharia (الشريعة), ou lei islâmica, constitui um sistema jurídico abrangente que governa todos os aspectos da vida islâmica, desde questões religiosas até questões civis, comerciais e criminais. O conteúdo a seguir tratará das quatro fontes fundamentais da Sharia — o Alcorão, a Suna, o Ijma e o Qiyas — que formam a base da interpretação e aplicação da lei islâmica, explora as principais escolas de interpretação legal (Madhabs) que desenvolveram diferentes abordagens para aplicar a lei islâmica, e demonstra como a Sharia se manifesta na prática através de conceitos como Halal e Haram, estabelecendo um sistema coerente de direitos, responsabilidades e orientação moral que permeia toda a vida do muçulmano.

4.1 As Fontes da Sharia

A Sharia (الشريعة), ou lei islâmica, é o sistema legal que governa todos os aspectos da vida islâmica, desde questões religiosas até questões civis, comerciais e criminais. A Sharia é baseada em quatro fontes principais, em ordem de autoridade, como será visto na sequência.

Primeiro, o Alcorão é a fonte primária e mais importante da Sharia. O Alcorão contém orientações sobre diversos aspectos da vida islâmica, incluindo questões religiosas, morais, legais e sociais. Contudo, o Alcorão não aborda todos os possíveis cenários legais, e muitos de seus versículos requerem interpretação para aplicação prática.

Segundo, a Suna (os ensinamentos e exemplos de Maomé) é a segunda fonte de autoridade. A Suna fornece orientação prática sobre como aplicar os princípios do Alcorão à vida cotidiana. Os Hadith (relatos das palavras e ações de Maomé) são a base da Suna e foram coletados e compilados em várias coleções, sendo mais respeitadas as coleções Sahih al-Bukhari e Sahih Muslim.

Terceiro, o Ijma (consenso dos estudiosos islâmicos) é a terceira fonte de autoridade. Se os principais estudiosos islâmicos (Ulama) chegam a um consenso sobre uma questão jurídica, esse consenso é considerado vinculante. O Ijma é baseado no hadith em que Maomé afirmou: "Minha comunidade nunca concordará com um erro."

Quarto, o Qiyas (raciocínio analógico) é a quarta fonte de autoridade. Quando o Alcorão e a Suna não abordam diretamente uma questão, os estudiosos islâmicos podem usar o raciocínio analógico para estender os princípios islâmicos a novas situações. Por exemplo, se o Alcorão proíbe o vinho (uma bebida intoxicante), o Qiyas pode ser usado para estender essa proibição a outras bebidas intoxicantes.

4.2 As Escolas de Lei Islâmica (Madhabs)

Ao longo da história islâmica, desenvolveram-se várias escolas de interpretação jurídica, conhecidas como madhabs (مذاهب). Cada escola oferece uma abordagem ligeiramente diferente

à interpretação e aplicação da Sharia, mas todas são consideradas válidas e ortodoxas dentro do Islamismo Sunita.

A Escola Hanafi (Hanafiyyah) é a maior escola de lei islâmica, com aproximadamente 45% dos muçulmanos sunitas seguindo-a. A escola Hanafi, fundada por Abu Hanifa (699-767 d.C.), é conhecida por sua abordagem liberal e flexível da lei islâmica, permitindo maior uso do raciocínio analógico (Qiyas) e da preferência pessoal (Istihsan). A escola Hanafi predomina na Turquia, no Egito, no Paquistão, no Afeganistão e em muitas regiões da Ásia Central.

A Escola Maliki (Malikiyyah) é a segunda maior, com aproximadamente 25% dos muçulmanos sunitas seguindo essa escola. A escola Maliki, fundada por Malik ibn Anas (711-795 d.C.), é conhecida por sua ênfase na Sunnah de Medina e pelo uso da preferência pública (Maslaha). A escola Maliki predomina no Marrocos, na Argélia, na Tunísia e em partes da África Ocidental.

A Escola Shafi'i (Shafi'iyah) é a terceira maior, com aproximadamente 20% dos muçulmanos sunitas seguindo essa escola. A escola Shafi'i, fundada por Muhammad al-Shafi'i (767-820 d.C.), é conhecida por sua abordagem equilibrada que combina a ênfase na Suna com o uso cuidadoso do raciocínio analógico. A escola Shafi'i predomina na Indonésia, na Malásia, no Egito e em partes da Ásia do Sul.

A Escola Hanbali (Hanbaliyyah) é a menor das quatro escolas sunitas principais, com aproximadamente 10% dos muçulmanos sunitas que a seguem. A escola Hanbali, fundada por Ahmad ibn Hanbal (780-855 d.C.), é conhecida por sua abordagem conservadora e literal à lei islâmica, enfatizando a Sunnah e rejeitando o raciocínio analógico em muitos casos. A escola Hanbali predomina na Arábia Saudita e em partes do Golfo Pérsico.³⁸

Além dessas quatro escolas sunitas principais, existe também a Escola Jafari (Ja'fariyyah), a principal escola de lei islâmica entre os muçulmanos xiitas. A escola Jafari, baseada nos ensinamentos do sexto Imam, Jafar al-Sadiq, oferece uma abordagem ligeiramente diferente à lei islâmica que reflete as crenças teológicas particulares do Xiismo.

³⁸ Para aprofundamento sobre as diferentes escolas islâmicas e suas leis religiosas é sugerida a obra de Mohammad Hashim Kamali, *Princípios da Jurisprudência Islâmica*, Cambridge: Islamic Texts Society, 2003.

4.3 Aplicações Práticas da Sharia

A Sharia governa muitos aspectos da vida islâmica. Em questões familiares, a Sharia regula o casamento, o divórcio, a herança e os direitos das mulheres. Em questões comerciais, a Sharia proíbe a usura (Riba) e regula os contratos e as transações. Em questões criminais, a Sharia estabelece punições por diversos crimes, incluindo o roubo, o adultério e o homicídio.

Uma característica importante da Sharia é o conceito de Halal (حلال), que significa "permitido" ou "lícito", e de Haram (حرام), que significa "proibido" ou "ilícito". Toda ação na vida islâmica é classificada como Halal, Haram, Wajib (obrigatório), Mandub (recomendado) ou Makruh (desaprovado). Este sistema de classificação fornece orientação clara sobre o que é permitido e o que é proibido na vida islâmica.

A Sharia também estabelece um sistema de direitos e responsabilidades. Os muçulmanos têm direitos, como o direito à vida, à propriedade, à dignidade e à educação. Eles também têm responsabilidades, como o dever de obedecer a Alá, de tratar os outros com justiça e misericórdia, e de contribuir para o bem-estar da comunidade islâmica.³⁹

5. As Instituições Islâmicas

As instituições islâmicas — a mesquita, o Imam e os Ulama — compõem a estrutura organizacional e espiritual que sustenta a vida religiosa e comunitária islâmica. A seguir, será tratado brevemente como a mesquita funciona como centro democrático da vida islâmica, como o Imam lidera a comunidade em oração e orientação espiritual, e como os Ulama, por meio de seus estudos e interpretações, preservam e transmitem os ensinamentos islâmicos às gerações futuras.

5.1 A Mesquita: Centro da Vida Islâmica

A mesquita (Masjid em árabe, significando "lugar de prostração") é o centro da vida religiosa islâmica. A mesquita é um lugar onde os muçulmanos se reúnem para orar, estudar o Alcorão e

³⁹ Para aprofundamento sobre os sistemas de direitos e responsabilidade islâmicas é sugerida a obra de Noel J. Coulson, *Uma História da Lei Islâmica*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1964.

os ensinamentos islâmicos e participar de atividades comunitárias. Diferentemente de muitos templos religiosos em outras tradições, a mesquita é um espaço democrático onde qualquer muçulmano pode liderar a oração, e não há uma classe sacerdotal separada.

A arquitetura de uma mesquita tipicamente inclui um Mihrab (nicho que indica a direção de Meca), um Minbar (púlpito de onde o imam profere o sermão) e um espaço aberto para a oração. Muitas mesquitas também têm um Minaret (torre) de onde o Adhan (chamada para a oração) é proclamado cinco vezes ao dia. A mesquita é um espaço sagrado e os muçulmanos devem remover seus sapatos antes de entrar e manter um comportamento respeitoso.

A mesquita desempenha múltiplas funções na comunidade islâmica. É um lugar de oração, particularmente importante para a oração de sexta-feira (Jumu'ah), quando os muçulmanos se reúnem em congregação. É um lugar de educação, onde crianças e adultos aprendem sobre o Alcorão e os ensinamentos islâmicos. É um lugar de comunidade, onde os muçulmanos se reúnem para celebrar festividades islâmicas, oferecer apoio aos necessitados e fortalecer os laços comunitários.

5.2 O Imam: Líder Espiritual e Religioso

O Imam (إمام) é o líder da oração na mesquita e, mais amplamente, um líder espiritual e religioso da comunidade islâmica. Diferentemente do sacerdócio em algumas outras religiões, o Imamate no Islamismo Sunita não é uma posição hereditária ou conferida através de um sacramento especial. Qualquer muçulmano que é conhecedor do Alcorão e da Suna pode servir como imam.

O imam lidera a oração congregacional, recitando as partes da oração que devem ser feitas em voz alta, enquanto os demais muçulmanos seguem seus movimentos. O imam também profere o Khutbah (sermão) durante a oração de sexta-feira, oferecendo orientação espiritual e moral à congregação. O imam é geralmente escolhido pela comunidade local e é respeitado por seu conhecimento islâmico e sua piedade pessoal.

No Xiismo, o conceito de Imam é muito mais desenvolvido. Os xiitas acreditam que Alá designou especificamente doze Imams para liderar a comunidade islâmica após Maomé. Esses Imams são considerados infalíveis em questões religiosas e são vistos como sucessores espirituais de Maomé. O último Imam, Muhammad al-Mahdi, é acreditado pelos xiitas estar em ocultação (escondido) e retornará no final dos tempos como o Mahdi (o Guia Esperado).⁴⁰

5.3 Os Ulama: Estudiosos Islâmicos

Os Ulama (علماء), ou estudiosos islâmicos, são intelectuais e líderes religiosos que estudam e interpretam o Alcorão, a Suna e a lei islâmica. Os Ulama desempenham um papel crucial na vida islâmica, oferecendo orientação religiosa, emitindo fatwa (pareceres jurídicos) e ensinando os princípios islâmicos às gerações futuras.

Para se tornar um Alim (singular de Ulama), uma pessoa deve passar por muitos anos de estudo intensivo em uma instituição islâmica, como uma Madrasa (escola islâmica) ou uma universidade islâmica. O estudo inclui o Alcorão, a Suna, a lei islâmica, a teologia islâmica, a língua árabe e outras disciplinas relacionadas. Após completar seus estudos, um Alim pode ser reconhecido como um especialista em questões islâmicas e pode oferecer orientação religiosa à comunidade.

Os Ulama têm uma responsabilidade importante de manter a integridade da fé islâmica e de garantir que os ensinamentos islâmicos sejam transmitidos corretamente às gerações futuras. Contudo, os Ulama também têm responsabilidades sociais e políticas, frequentemente servindo como advogados dos pobres e oprimidos e como críticos do abuso de poder político.

6. As Divisões Islâmicas: Sunismo e Xiismo

As divisões islâmicas emergiram da questão fundamental sobre a sucessão de Maomé e a liderança da comunidade islâmica, levando ao surgimento de diferentes ramos do Islamismo com distintas compreensões teológicas e práticas religiosas. A seguir será estudado as origens

⁴⁰ Para aprofundamento sobre o pensamento islâmico xiita consultar a obra de Moojan Momen, *Uma Introdução ao Islamismo Xiita: A História e Doutrinas do Xiismo Twelver*, New Haven: Yale University Press, 1985.

históricas da divisão entre Sunismo e Xiismo, explorada as características distintivas de cada ramo — desde a compreensão da liderança religiosa até as escolas de lei islâmica — e apresentada brevemente outros movimentos islâmicos menores como o Kharijismo, o Ibadismo e o Sufismo, demonstrando como a diversidade islâmica, apesar das diferenças teológicas, mantém uma unidade fundamental nos princípios básicos da fé islâmica.

6.1 A Questão da Sucessão e as Origens da Divisão

A morte de Maomé em 632 d.C. levantou a questão crucial de quem deveria ser o líder (Califa) da comunidade islâmica. Maomé não deixou um herdeiro claro, e isso levou a debates sobre o critério para a sucessão. Alguns argumentavam que o Califa deveria ser escolhido pela comunidade (Shura), enquanto outros argumentavam que Maomé havia designado Ali ibn Abi Talib como seu sucessor.

Abu Bakr, um companheiro próximo de Maomé, foi escolhido como o primeiro Califa através de um processo de consulta comunitária. Abu Bakr serviu como Califa por apenas dois anos antes de sua morte e foi sucedido por Umar ibn al-Khattab, que serviu por dez anos. Umar foi sucedido por Uthman ibn Affan, que governou por doze anos. Finalmente, Ali ibn Abi Talib se tornou o quarto Califa, servindo por cinco anos antes de seu assassinato.

Esses primeiros quatro Califas são conhecidos como os Califas Bem-Guiados (Khulafa ar-Rashidun) e são reverenciados por todos os muçulmanos como líderes justos e piedosos. Contudo, o processo de sucessão foi marcado por conflitos e desacordos, e esses conflitos levaram eventualmente à divisão do Islamismo em diferentes ramos.⁴¹

6.2 O Sunismo: A Maioria Islâmica

O Sunismo (السنة) é o ramo principal do Islamismo, representando aproximadamente 85-90% de todos os muçulmanos. O termo "Sunismo" vem de "Suna", que se refere à tradição e ao exemplo de Maomé. Os sunitas acreditam que a liderança da comunidade islâmica após

⁴¹ Para aprofundamento sobre a sucessão de Maomé é sugerida a obra de Wilfred Madelung, *A Sucessão a Maomé: Um Estudo do Califado Primitivo*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Maomé deveria ser determinada através de consulta comunitária (Shura) e que qualquer muçulmano qualificado poderia se tornar Califa.

Os sunitas reconhecem a autoridade do Alcorão e da Suna como as duas principais fontes de orientação islâmica. Eles também reconhecem a importância do Ijma (consenso dos estudiosos) e do Qiyas (raciocínio analógico) na interpretação da lei islâmica. Os sunitas não acreditam em Imams infalíveis, mas respeitam os Ulama como estudiosos e líderes religiosos.

O Sunismo é caracterizado por uma grande diversidade de pensamento e prática. Existem várias escolas de lei islâmica (Madhabs), várias escolas teológicas e várias abordagens à prática islâmica. Esta diversidade é vista como uma força, permitindo que o Islamismo se adapte a diferentes contextos culturais e históricos.

6.3 O Xiismo: A Minoria Islâmica

O Xiismo (الشيعية) é o segundo maior ramo do Islamismo, representando aproximadamente 10-15% de todos os muçulmanos. O termo "Xiismo" vem de "Shiat Ali", que significa "seguidores de Ali". Os xiitas acreditam que Maomé designou explicitamente Ali ibn Abi Talib como seu sucessor e líder da comunidade islâmica após sua morte.

Os xiitas acreditam no conceito de Imamate, a ideia de que Alá designou especificamente certos indivíduos (Imams) para liderar a comunidade islâmica e atuar como intérpretes infalíveis dos ensinamentos islâmicos. Os xiitas decimos (ou Ithna Ashari), que representam a maioria dos xiitas, acreditam que houve doze Imams, sendo o último, Muhammad al-Mahdi, atualmente em ocultação e esperado retornar no final dos tempos. Os xiitas têm suas próprias escolas de lei islâmica, sendo a mais importante a Escola Jafari. Eles também têm práticas religiosas distintas, como a Ashura, uma observância de dez dias que comemora o martírio do Imam Husain, neto de Maomé, na Batalha de Karbala em 680 d.C.

Apesar das diferenças teológicas, xiitas e sunitas compartilham os fundamentos básicos do Islamismo: a crença em Alá como o único Deus, em Maomé como o Profeta final, e nos Cinco

Pilares do Islamismo. As diferenças entre xiitas e sunitas são principalmente sobre questões de liderança religiosa e interpretação de certos ensinamentos islâmicos.⁴²

6.4 Outras Divisões Islâmicas

Além do Sunismo e do Xiismo, existem outras divisões e movimentos islâmicos menores. Os Kharijitas (Khawarij) foram um movimento islâmico primitivo que se separou tanto dos sunitas quanto dos xiitas, enfatizando a importância da ação moral e rejeitando a ideia de que apenas os descendentes de Maomé poderiam ser líderes islâmicos. Embora o Kharijismo tenha desaparecido como movimento significativo, alguns de seus princípios influenciaram movimentos islâmicos posteriores.

Os Ibaditas são uma ramificação moderna do Kharijismo que ainda existe em partes de Omã e do Norte da África, particularmente na Argélia e na Tunísia. Os Ibaditas têm suas próprias interpretações da lei islâmica e práticas religiosas distintas, mantendo uma abordagem conservadora e rigorosa aos ensinamentos islâmicos. Apesar de sua pequena população global, os Ibaditas preservam uma tradição islâmica única que remonta aos primeiros séculos do Islamismo.

O Sufismo (Tasawwuf) é uma dimensão mística do Islamismo que enfatiza a experiência espiritual direta de Alá através da meditação, da devoção e da prática ascética. Embora o Sufismo seja frequentemente visto como um movimento separado, a maioria dos sufistas se identifica como sunitas ou xiitas e vê o Sufismo como um aprofundamento da fé islâmica, não como uma alternativa a ela.

7. Festividades e Observâncias Islâmicas

As festividades e observâncias islâmicas marcam momentos significativos do calendário islâmico e da vida religiosa dos muçulmanos, servindo como ocasiões de celebração espiritual, fortalecimento comunitário e reflexão sobre os princípios fundamentais da fé islâmica. Adiante,

⁴² Para aprofundamento sobre a diferença entre xiitas e sunitas e sugerida novamente a obra de Muhammad Husayn Tabatabai, *Islamismo Xiita*.

serão estudadas as principais festividades islâmicas — Eid al-Fitr e Eid al-Adha, que marcam eventos centrais do calendário islâmico — bem como observâncias como Mawlid al-Nabi, que celebra o nascimento do Profeta, e Ashura, que comemora o martírio do Imam Husain, demonstrando como essas práticas religiosas unem os muçulmanos em torno de valores compartilhados de devoção, generosidade e justiça.

7.1 Eid al-Fitr: A Festa do Rompimento do Jejum

Eid al-Fitr (عيد الفطر) é uma festividade islâmica que marca o encerramento do mês de Ramadã. É celebrada no primeiro dia de Shawwal, o décimo mês do calendário islâmico lunar. Eid al-Fitr é um dia de celebração e alegria, em que os muçulmanos se reúnem para orar, trocar presentes, compartilhar refeições festivas e fortalecer os laços familiares e comunitários.

A celebração de Eid al-Fitr começa com uma oração especial realizada na mesquita ou em um espaço aberto. A oração é seguida de um sermão (Khutbah) que oferece orientação espiritual. Após a oração, os muçulmanos cumprimentam uns aos outros com "Eid Mubarak" (Eid abençoado) e trocam abraços. É tradição dar presentes, especialmente a crianças, e preparar refeições festivas para compartilhar com amigos e familiares.

Eid al-Fitr também é uma ocasião de caridade e generosidade que reflete os valores islâmicos fundamentais de solidariedade e compaixão. Os muçulmanos são encorajados a dar Zakat al-Fitr, uma esmola obrigatória antes da oração de Eid, para garantir que os pobres e necessitados também possam participar plenamente da celebração e desfrutar das alegrias da festividade.⁴³ Esta prática demonstra que a celebração islâmica não é apenas uma questão de regozijo pessoal, mas também um compromisso com a inclusão social e o bem-estar de toda a comunidade, particularmente dos que enfrentam dificuldades econômicas.

⁴³ Para aprofundamento sobre as festas islâmicas é sugerida a obra de Irving Greenberg, *O Caminho Judaico: Vivendo as Festividades*, New Your: Summit Books, 1988.

7.2 Eid al-Adha: A Festa do Sacrifício

Eid al-Adha (عيد الأضحى) é a segunda principal festividade islâmica, celebrada no décimo segundo mês do calendário lunar islâmico (Dhul-Hijjah). Eid al-Adha marca o final do Hajj e comemora a disposição de Abraão de sacrificar seu filho em obediência a Alá. De acordo com a narrativa islâmica, Alá aceitou a intenção de Abraão e substituiu seu filho por um carneiro para ser sacrificado.

Durante Eid al-Adha, os muçulmanos em todo o mundo sacrificam animais (geralmente cabras, ovelhas, vacas ou búfalos) em comemoração do sacrifício de Abraão. A carne do sacrifício é dividida em três partes: uma para a família, outra para amigos e familiares e outra para os pobres. Este ato de sacrifício e compartilhamento reflete os valores islâmicos de obediência a Alá, generosidade e solidariedade com os necessitados.

Eid al-Adha é celebrado com orações especiais realizadas nas mesquitas e em espaços abertos, trocas de presentes entre familiares e amigos, e refeições festivas que reúnem a comunidade em torno de uma mesa comum. Semelhante a Eid al-Fitr, é um feriado importante em muitos países islâmicos e é observado por muçulmanos em todo o mundo, independentemente de sua localização geográfica ou contexto cultural. A festividade dura vários dias e é marcada por um espírito de alegria, reconciliação e renovação dos laços comunitários, consolidando a identidade islâmica global por meio de práticas compartilhadas que transcendem fronteiras nacionais e culturais.

7.3 Mawlid al-Nabi: O Aniversário do Profeta

Mawlid al-Nabi (مولد النبي) é a celebração do aniversário do nascimento de Maomé, observada no décimo segundo dia de Rabi' al-Awwal (o terceiro mês do calendário islâmico lunar). Embora Mawlid al-Nabi não seja um dos Cinco Pilares do Islamismo e não seja universalmente observado por todos os muçulmanos, é uma festividade importante em muitos países islâmicos.

Durante Mawlid al-Nabi, os muçulmanos se reúnem para recitar poesia em louvor a Maomé, para estudar sua vida e ensinamentos e para compartilhar refeições festivas. Alguns muçulmanos organizam procissões e eventos comunitários para celebrar o nascimento do Profeta. Contudo, alguns muçulmanos, particularmente os Wahabitas e outros grupos conservadores, rejeitam a celebração de Mawlid al-Nabi, argumentando que não é uma prática islâmica tradicional e que pode levar à idolatria.⁴⁴

7.4 Ashura: A Observância do Martírio de Husain

Ashura (عاشوراء) é uma observância de dez dias particularmente importante para os muçulmanos xiitas. Ashura comemora o martírio do Imam Husain, neto de Maomé, na Batalha de Karbala em 680 d.C. Husain foi morto por forças do Califa Umayyad Yazid I enquanto buscava restaurar a justiça e a liderança islâmica legítima.

Durante Ashura, os xiitas se reúnem para rezar, recitar elegias (Marathi) em memória de Husain e participar de procissões (Matam), nas quais expressam seu luto e sua devoção. Algumas práticas de Ashura, como o autoflagelamento, são controversas e rejeitadas por muitos muçulmanos, incluindo alguns xiitas, que argumentam que tais práticas não são consistentes com os ensinamentos islâmicos. Este é um período profundo de reflexão espiritual sobre o sacrifício, a justiça e a resistência à opressão, que transcende a mera comemoração histórica. Para os xiitas, o martírio de Husain é visto como um exemplo paradigmático de resistência à injustiça e de compromisso inabalável com os princípios islâmicos, mesmo diante da morte certa.

O sacrifício de Husain é interpretado como um ato de rebelião moral contra a tirania e a corrupção, inspirando os xiitas a manter uma postura crítica diante da injustiça social e política. Através das práticas de Ashura — as orações, as elegias e as procissões — os xiitas renovam seu compromisso com os valores de dignidade, integridade e resistência, transformando o luto em

⁴⁴ Cf. Marion Holmes Katz, *O Nascimento do Profeta Maomé: Piedade Devocional no Islamismo Sunita*, London: Routledge, 2007.

uma afirmação viva dos princípios pelos quais Husain morreu, mantendo viva a memória de sua luta e sua relevância para as lutas contemporâneas por justiça e equidade.⁴⁵

8. A Expansão Islâmica e o Desenvolvimento da Civilização Islâmica

A expansão islâmica e o desenvolvimento da civilização islâmica representam um dos períodos mais significativos da história mundial, marcado pela disseminação rápida da fé islâmica além da Península Arábica, pela criação de um vasto império que se estendeu de Portugal até a Índia, e pelo florescimento de uma civilização medieval que se tornou centro de aprendizado, inovação científica e cultural. O texto abaixo examinará a expansão inicial do Islamismo sob os primeiros Califas, explora as contribuições intelectuais e científicas da civilização islâmica medieval, e analisa o declínio do poder central da dinastia abássida e a emergência de novos impérios islâmicos que mantiveram viva a tradição islâmica apesar da fragmentação política.

8.1 A Expansão Islâmica Inicial

Após a morte de Maomé em 632 d.C., o Islamismo se expandiu rapidamente além da Península Arábica, iniciando um processo de transformação religiosa e política que moldaria o mundo medieval. Sob o comando dos Califas Bem-Guiados e dos Califas Umayyads subsequentes, o Islamismo se espalhou para o Levante, Egito, Pérsia, Ásia Central e até a Índia e a Espanha, alcançando regiões que abrangiam diferentes culturas, línguas e tradições religiosas. Em pouco mais de um século, o Islamismo havia se tornado a religião dominante em uma vasta região que se estendia de Portugal até a Índia, criando um império sem precedentes em sua extensão geográfica e diversidade cultural.

Esta expansão extraordinária não foi puramente militar, como frequentemente se imagina. Embora houvesse conflitos militares significativos entre as forças islâmicas e os poderes estabelecidos, muitos povos se converteram ao Islamismo voluntariamente, atraídos pela mensagem clara e poderosa de monoteísmo puro, igualdade social e justiça. As comunidades

⁴⁵ Para aprofundamento sobre a temática é sugerida a obra de Mahmoud M. Ayoub, *Sufrimento Redentor no Islamismo: Um Estudo dos Aspectos Devocionais da 'Ashura no Xiismo Twelver*, The Hague: Mouton, 1978.

locais encontraram no Islamismo uma alternativa atraente aos sistemas religiosos e políticos existentes que frequentemente perpetuavam hierarquias rígidas e desigualdades sociais.

O apelo universal do Islamismo residia em sua mensagem fundamental de que todos os muçulmanos eram iguais diante de Alá, independentemente de sua etnia, origem social ou status econômico. Esta promessa de igualdade espiritual e dignidade humana tinha um poder transformador, especialmente para aqueles que viviam sob sistemas de dominação e exploração. A combinação de uma mensagem religiosa clara, a promessa de justiça social e a eficiência administrativa islâmica criou as condições para uma das expansões religiosas mais rápidas e abrangentes da história humana.

8.2 A Civilização Islâmica Medieval

Durante a Idade Média, a civilização islâmica foi um centro de aprendizado, inovação e cultura. Os estudiosos islâmicos fizeram contribuições significativas para a matemática, a astronomia, a medicina, a filosofia e a literatura. Cidades como Bagdá, Cairo e Córdoba se tornaram centros de aprendizado onde estudiosos islâmicos, cristãos e judeus trabalhavam juntos para traduzir e preservar o conhecimento antigo da Grécia e do Império Romano.

A Casa da Sabedoria (Bayt al-Hikma) em Bagdá, fundada pelo Califa Abássida al-Ma'mun no século IX, foi um centro de aprendizado e tradução onde textos gregos, persas e indianos foram traduzidos para o árabe. Este trabalho de tradução foi crucial para preservar o conhecimento antigo que, de outra forma, teria sido perdido durante a Idade Média europeia.

Os matemáticos islâmicos desenvolveram a álgebra, um sistema de numeração decimal (também chamado de "numerais árabes") e fizeram avanços significativos em trigonometria e geometria. Os astrônomos islâmicos realizaram observações precisas dos corpos celestes e desenvolveram modelos sofisticados do universo. Os médicos islâmicos desenvolveram hospitais avançados, realizaram cirurgias complexas e fizeram descobertas importantes sobre a propagação de doenças.

8.3 O Declínio do Poder Islâmico Central e a Fragmentação Política

Após o apogeu do Califado Abássida nos séculos IX e X, o poder central do Islã começou a declinar de forma gradual e inexorável. Vários fatores contribuíram para esse declínio: as devastadoras invasões mongóis, conflitos internos entre facções rivais, a fragmentação administrativa e o surgimento de poderes regionais independentes que desafiavam a autoridade central. O Califado Abássida foi progressivamente enfraquecido por conflitos dinásticos sangrentos, rebeliões provinciais que minavam a coesão territorial, e pela ascensão de dinastias regionais que, embora reconhecessem nominalmente a autoridade do Califa como figura religiosa, eram de fato politicamente e militarmente independentes.

A queda de Bagdá aos mongóis em 1258 d.C. marcou o fim efetivo do Califado Abássida como força política dominante e representou um ponto de virada traumático na história islâmica, simbolizando o colapso de um sistema político que havia durado mais de cinco séculos. Este evento catastrófico não apenas encerrou uma era de esplendor intelectual e cultural, mas também sinalizou a fragmentação definitiva do poder político islâmico centralizado.

Paradoxalmente, o Islamismo continuou a se espalhar e a prosperar em várias regiões do mundo, particularmente na Ásia do Sul, no Sudeste Asiático e na África Ocidental, demonstrando que a força do Islã transcendia qualquer estrutura política singular. Novos impérios islâmicos, como o Império Otomano na Anatólia e nos Bálcãs, o Império Safávida na Pérsia e o Império Mogol na Índia, surgiram e floresceram durante os séculos XV a XVII, cada um oferecendo sua própria interpretação distintiva da civilização islâmica e contribuindo para a diversidade cultural e intelectual do mundo islâmico medieval tardio.⁴⁶

9. O Islamismo Moderno e Contemporâneo

O Islamismo moderno e contemporâneo é marcado pelo encontro transformador com a modernidade ocidental, pelo surgimento de diversos movimentos islâmicos que buscam reconciliar a tradição islâmica com as realidades do mundo moderno, e pela emergência do

⁴⁶ Para aprofundamento sobre a história da religião islâmica é sugerida a obra de Hugh Kennedy, *O Profeta e a Era dos Califas: O Oriente Próximo Islâmico do Sexto ao Décimo Primeiro Século*, Harlow: Pearson Logman, 2004.

Islamismo político como força significativa nas sociedades islâmicas contemporâneas. O conteúdo abaixo pretende examinar como o colonialismo europeu suscitou respostas variadas no mundo islâmico, explorar os principais movimentos islâmicos modernos desde o Wahabismo até os Irmãos Muçulmanos, analisar o Islamismo político contemporâneo exemplificado pela Revolução Islâmica no Irã, e abordar a questão complexa do terrorismo islâmico, enfatizando que grupos extremistas representam uma minoria que distorce os ensinamentos islâmicos e não refletem as crenças e práticas da maioria dos muçulmanos.

9.1 O Encontro com a Modernidade Ocidental e os Movimentos Islâmicos Modernos

O encontro do mundo islâmico com a modernidade ocidental, particularmente através do colonialismo europeu nos séculos XVIII e XIX, foi um evento transformador que moldou o Islamismo moderno. A colonização de terras islâmicas por potências europeias suscitou questões profundas sobre a identidade islâmica, a modernização e a relação entre a tradição islâmica e a modernidade ocidental.

Este encontro gerou diversas respostas no mundo islâmico. Alguns muçulmanos, conhecidos como modernistas islâmicos, buscaram reconciliar os ensinamentos islâmicos com as ideias modernas de democracia, educação científica e direitos humanos. Outros, conhecidos como tradicionalistas ou fundamentalistas islâmicos, buscaram resistir à influência ocidental e retornar aos ensinamentos islâmicos puros, como interpretados pelos primeiros muçulmanos.

Vários movimentos importantes surgiram nos séculos XIX e XX em resposta aos desafios da modernidade. Entre eles, destaca-se o movimento Wahabita, fundado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab no século XVIII, buscava purificar o Islamismo removendo práticas que eram consideradas inovações não islâmicas (Bid'ah). Outro Movimento importante, o Wahabismo enfatizava uma interpretação literal do Alcorão e da Suna e rejeitava muitas práticas populares islâmicas, como a veneração de santos e a celebração de Mawlid al-Nabi.

O Movimento de Reforma Islâmica, liderado por pensadores como Jamal al-Din al-Afghani e Muhammad Abduh no final do século XIX, buscava modernizar o Islamismo enquanto mantinha seus princípios fundamentais. Os reformadores islâmicos argumentavam que o Islamismo era

compatível com a ciência moderna e a democracia, e que os muçulmanos deveriam adotar a educação científica e as instituições modernas para competir com as potências ocidentais.

O nacionalismo Islâmico surgiu como uma resposta ao colonialismo ocidental e à fragmentação do mundo islâmico. Movimentos nacionalistas islâmicos buscavam estabelecer estados islâmicos independentes e modernos que fossem baseados nos princípios islâmicos, mas que também adotassem tecnologia e instituições modernas. Já o Movimento dos Irmãos Muçulmanos (Ikhwan al-Muslimun), fundado por Hassan al-Banna no Egito em 1928, buscava estabelecer um estado islâmico por meio de uma combinação de pregação religiosa e ativismo político. Os Irmãos Muçulmanos influenciaram significativamente o Islamismo político moderno e inspiraram o surgimento de vários movimentos islâmicos similares em todo o mundo islâmico.⁴⁷

9.2 O Islamismo Político Contemporâneo

O Islamismo político, a ideia de que a religião islâmica deve ser a base para a organização política e social, tornou-se um fenômeno significativo no mundo islâmico contemporâneo. Movimentos islâmicos políticos buscam estabelecer governos islâmicos que implementem a Sharia e fundamentem suas políticas nos princípios islâmicos.

A Revolução Islâmica no Irã em 1979, liderada pelo Ayatollah Ruhollah Khomeini, foi um evento transformador que demonstrou a possibilidade de um estado islâmico moderno. O Irã estabeleceu uma república islâmica baseada nos princípios xiitas e na ideia de Wilayat al-Faqih (governo do jurisconsulto islâmico). A questionável Revolução Islâmica Iraniana inspirou movimentos islâmicos em todo o mundo e demonstrou que o Islamismo poderia ser uma força política significativa no mundo moderno.

O Islamismo político é diverso e oferece várias visões diferentes sobre como um estado islâmico deveria ser organizado. Alguns movimentos islâmicos, como a Irmandade Muçulmana, buscam estabelecer democracias islâmicas nas quais a Sharia seja implementada por meio de

⁴⁷ Para aprofundamento da temática é sugerida a obra de Richard P. Mitchell, *A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos*, Oxford: Oxford Press, 1969.

processos democráticos. Outros, como certos grupos jihadistas, buscam estabelecer estados islâmicos por meios armados e rejeitam completamente as instituições democráticas ocidentais.⁴⁸

9.3 O Islamismo e o Terrorismo

É público que nas últimas décadas, certos grupos extremistas islâmicos utilizaram a violência e o terrorismo em nome do Islamismo. Grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico (ISIS) cometeram atos de terrorismo que mataram milhares de pessoas, incluindo muçulmanos e não-muçulmanos. Esses grupos justificam seus atos através de uma interpretação extremista dos ensinamentos islâmicos, particularmente através de uma compreensão particular do conceito de Jihad.

É importante notar que a grande maioria dos muçulmanos rejeita o terrorismo e a violência extremista. Líderes islâmicos e estudiosos em todo o mundo condenaram os atos de grupos terroristas islâmicos, argumentando que esses grupos distorcem os ensinamentos islâmicos e violam os princípios fundamentais do Islamismo. O Alcorão proíbe explicitamente o assassinato de inocentes: "Se alguém mata uma pessoa, a menos que seja por homicídio ou corrupção na terra, é como se tivesse matado toda a humanidade" (Alcorão 5, 32).

O terrorismo islâmico tem levado a uma crescente islamofobia no Ocidente e a uma associação prejudicial, embora parcialmente verdadeira, entre o Islamismo e a violência. Contudo, é importante reconhecer que o terrorismo islâmico representa uma pequena minoria extremista dentro do Islamismo e não reflete os ensinamentos ou as práticas da maioria dos muçulmanos.⁴⁹

⁴⁸ Para aprofundamento é sugerida a obra de John I. Esposito, *Guerra Profana: Terror em Nome do Islamismo*, Oxford: Oxford University, 2002.

⁴⁹ Para aprofundamento da temática é sugerida a obra de Peter L. Bergen, *Guerra Sagrada, Inc.: Dentro do Mundo Secreto de Osama bin Laden*, New York: Free Press, 2001.

10. O Islamismo Contemporâneo e Questões Atuais

O Islamismo contemporâneo enfrenta questões complexas e multifacetadas que refletem a tensão entre a tradição islâmica e as realidades do mundo moderno, incluindo debates sobre os direitos das mulheres, a compatibilidade entre Islamismo e democracia e a importância do diálogo inter-religioso em um mundo cada vez mais pluralista. A seguir, será examinado como muçulmanos contemporâneos interpretam os ensinamentos islâmicos sobre gênero à luz dos contextos modernos, analisa as experiências variadas de países islâmicos que adotaram sistemas democráticos, e explora o crescimento do diálogo inter-religioso como ferramenta para promover a compreensão mútua e combater o extremismo, demonstrando que o Islamismo moderno é um campo dinâmico de debate e reinterpretação contínua.

10.1 O Islamismo e os Direitos das Mulheres

Uma questão importante no Islamismo contemporâneo é a questão dos direitos das mulheres. O Islamismo tradicional estabelece papéis de gênero distintos, com as mulheres tendo responsabilidades primárias na família e no lar, enquanto os homens têm responsabilidades primárias como provedores e líderes comunitários. Contudo, o Alcorão também oferece proteções significativas aos direitos das mulheres, incluindo o direito à propriedade, o direito ao divórcio e o direito à educação.

Nos últimos séculos, houve um debate significativo dentro do Islamismo sobre como interpretar os ensinamentos islâmicos sobre as mulheres no contexto moderno. Alguns muçulmanos, particularmente os modernistas islâmicos, argumentam que os ensinamentos islâmicos sobre as mulheres devem ser reinterpretados à luz dos contextos contemporâneos e que as mulheres devem ter plena igualdade com os homens em todas as áreas da vida. Outros, particularmente os tradicionalistas islâmicos, argumentam que os papéis de gênero tradicionais devem ser mantidos, embora com proteções adequadas aos direitos das mulheres.

Na prática, a situação das mulheres no mundo islâmico varia amplamente. Em alguns países islâmicos, como a Tunísia e a Turquia, as mulheres têm direitos legais significativos e participam plenamente na vida pública. Em outros países, as mulheres enfrentam discriminação legal e

social significativa. Muitas muçulmanas contemporâneas buscam reinterpretar os ensinamentos islâmicos de forma a promover a igualdade de gênero enquanto mantêm sua identidade islâmica.⁵⁰

10.2 O Islamismo e a Democracia

Outra questão importante no Islamismo contemporâneo é sua relação com a democracia. Alguns argumentam que a democracia é incompatível com o Islamismo, pois a soberania em uma democracia reside no povo, enquanto no Islamismo reside em Alá. Outros argumentam que a democracia é compatível com o Islamismo e que o conceito islâmico de Shura (consulta comunitária) representa um princípio democrático que permite a participação dos cidadãos nas decisões da comunidade, desde que respeitem os fundamentos islâmicos.

Vários países islâmicos têm adotado sistemas democráticos, incluindo a Indonésia, a Turquia e a Tunísia. Nesses países, eleições democráticas são realizadas e governos islâmicos foram eleitos através de processos democráticos. Contudo, a qualidade da democracia nesses países varia, e muitos enfrentam desafios significativos para manter instituições democráticas fortes e independentes.

A questão de como reconciliar os princípios islâmicos com as instituições democráticas modernas permanece um tópico de debate significativo dentro do Islamismo contemporâneo. Este debate envolve questões fundamentais sobre a natureza da lei islâmica, o papel da Sharia em um estado democrático e como garantir que as minorias sejam protegidas em estados predominantemente islâmicos, refletindo a diversidade do pensamento islâmico moderno.⁵¹

10.3 O Islamismo e o Diálogo Inter-religioso

Nas últimas décadas, tem havido um crescimento significativo no diálogo inter-religioso entre muçulmanos, cristãos, judeus e seguidores de outras religiões. Líderes islâmicos, cristãos e

⁵⁰ Para aprofundamento da temática do islamismo e as mulheres no contexto contemporâneo é sugerida a obra de Leila Ahmed, *Mulheres e Gênero no Islamismo: Raízes Históricas de um Debate Moderno*, New Haven: Yale University Press, 1992.

⁵¹ Para aprofundamento da temática do islamismo e a democracia é sugerida a obra de John L. Esposito & John O. Voll, *Islamismo e Democracia*, Oxford: Oxford Press, 1996.

judeus têm se reunido para discutir questões de interesse comum, para promover a compreensão mútua e para trabalhar juntos em questões sociais e políticas.

O Documento sobre a Fraternidade Humana, assinado pelo Grande Imam de Al-Azhar e pelo Papa Francisco em 2019, é um exemplo significativo de diálogo inter-religioso contemporâneo. O documento afirma o compromisso comum com a paz, a justiça, a liberdade religiosa e a dignidade humana.

O diálogo inter-religioso é importante para promover a compreensão mútua e combater o extremismo religioso. Contudo, o diálogo também enfrenta desafios significativos, particularmente em contextos onde há conflitos políticos e históricos entre comunidades religiosas diferentes.⁵²

Conclusão

O Islamismo é uma religião viva e dinâmica que, ao longo de mais de 1.400 anos, demonstrou uma notável capacidade de adaptação e resiliência. Desde suas origens na Península Arábica do século VII até sua forma contemporânea como a segunda maior religião do mundo, o Islamismo manteve uma identidade coerente baseada no Alcorão, na Suna e na lei islâmica, enquanto se adaptava a diferentes contextos culturais e históricos.

Os fundamentos teológicos do Islamismo — o Tawhid (unicidade de Deus), a profecia de Maomé, a revelação do Alcorão e a crença no Dia do Julgamento — oferecem uma visão profunda da relação entre Deus e a humanidade que continua a inspirar fé e devoção em bilhões de muçulmanos. Os Cinco Pilares do Islamismo — a Shahada, a Salah, a Zakat, o Sawm e o Hajj — fornecem uma estrutura prática para a vida islâmica, integrando a adoração religiosa à justiça social e à comunidade.

⁵² Para aprofundamento da temática do islamismo e outras religiões mundiais é sugerida novamente a obra de Hans Küng & Karl-Josef Kuscel, *Uma Ética Global: A Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo*, New York: Continuum, 1993.

O Islamismo contemporâneo é caracterizado por uma grande diversidade, com diferentes escolas teológicas, diferentes interpretações da lei islâmica e diferentes abordagens à modernidade. Contudo, apesar dessa diversidade, existe uma continuidade notável com a tradição histórica. Os muçulmanos contemporâneos continuam a se guiar pelos mesmos princípios fundamentais que orientaram os primeiros muçulmanos, ao mesmo tempo em que buscam aplicá-los aos contextos e desafios modernos.

Para o leigo que busca compreender o Islamismo, é importante reconhecer que esta é uma religião de grande profundidade espiritual e complexidade intelectual. O Islamismo não é meramente um conjunto de regras e regulamentos, mas uma tradição viva que oferece uma visão integrada da vida humana, conectando o espiritual com o material, o individual com o comunitário e o temporal com o eterno. Compreender o Islamismo é compreender não apenas um sistema religioso, mas um povo e sua jornada através dos séculos, marcada por períodos de grande realização cultural e científica, períodos de desafio e transformação, mas sempre sustentada pela fé em um Deus único e pelas esperanças de uma comunidade global unida pela submissão à vontade divina.

Questões para Aprofundamento sobre o Islamismo

1. Qual é o significado da Shahada, e por que ela é considerada a declaração mais importante do Islamismo?

- A Shahada (الشهادة) é a declaração de fé islâmica: "Não há deus senão Alá, e Maomé é o Mensageiro de Alá" (La ilaha illallah, Muhammadur rasulullah). A Shahada é considerada a declaração mais importante do Islamismo porque ela encapsula os dois princípios fundamentais da fé islâmica: o Tawhid (unicidade de Deus) e a profecia de Maomé. A recitação sincera da Shahada, com a intenção de se tornar muçulmano, é suficiente para que uma pessoa se torne muçulmana. A Shahada é recitada diariamente pelos muçulmanos em suas orações e é a primeira coisa que um muçulmano ouve quando nasce e a última coisa que deveria ouvir antes de morrer. A Shahada é mais do que uma simples declaração verbal; é uma afirmação completa de fé que implica uma transformação de vida e um compromisso de submeter-se plenamente à vontade de Alá e de seguir os ensinamentos de Maomé. A Shahada também implica a rejeição de toda idolatria e a aceitação do monoteísmo islâmico absoluto.

2. Descreva os Cinco Pilares do Islamismo e explique por que cada um é considerado fundamental para a prática islâmica.

- Os Cinco Pilares do Islamismo (Arkan al-Islam) são as cinco práticas fundamentais que formam a base da vida islâmica e são consideradas obrigatórias para todos os muçulmanos adultos que são capazes de realizá-los. O primeiro pilar é a Shahada (declaração de fé), que expressa a crença em Alá como o único Deus e em Maomé como seu profeta. O segundo pilar é a Salah (oração ritual), realizada cinco vezes ao dia em horários específicos, sendo uma forma de comunicação direta com Alá. O terceiro pilar é a Zakat (esmola obrigatória), uma contribuição financeira

que os muçulmanos devem dar aos pobres e necessitados, refletindo os valores islâmicos de justiça social e solidariedade. O quarto pilar é o Sawm (jejum), observado durante o mês de Ramadã, que é uma forma de disciplina espiritual e de empatia com os pobres. O quinto pilar é o Hajj (peregrinação a Meca), que todo muçulmano adulto capaz é obrigado a realizar pelo menos uma vez em sua vida. Cada pilar é considerado fundamental porque, juntos, formam a estrutura da vida islâmica e expressam os valores centrais do Islamismo: submissão a Alá, comunicação com o divino, justiça social, disciplina espiritual e comunidade global islâmica.

3. Qual é a diferença entre o Alcorão e a Sunnah, e como ambos funcionam como fontes de orientação islâmica?

- O Alcorão (القرآن) é a palavra de Alá (Kalam Allah), revelada a Maomé pelo Arcanjo Gabriel. O Alcorão é considerado a revelação divina literal e inalterável, e cada palavra, cada letra são consideradas sagradas e divinamente inspiradas. O Alcorão é a fonte primária de orientação islâmica e é considerado a palavra de Deus. A Suna (السنة), por outro lado, refere-se aos ensinamentos, práticas e exemplos de vida de Maomé, conforme registrados em coleções de tradições conhecidas como Hadith (الحديث). Os Hadith são relatos de coisas que Maomé disse, fez ou aprovou implicitamente. A Suna é a segunda fonte de autoridade no Islamismo, após o Alcorão, e fornece orientação prática sobre como aplicar os princípios do Alcorão à vida cotidiana. Enquanto o Alcorão oferece princípios gerais e orientação espiritual, a Suna oferece exemplos práticos de como viver de acordo com esses princípios. Juntos, o Alcorão e a Suna formam a base de toda a lei islâmica (Sharia) e oferecem orientação abrangente sobre todos os aspectos da vida islâmica.

4. Explique o conceito de Tawhid e por que é considerado o fundamento da teologia islâmica.

- O Tawhid (التوحيد) significa "a afirmação da unicidade de Deus" ou "monoteísmo" e é o conceito fundamental do Islamismo. O Tawhid é mais do que uma simples afirmação de que existe um único Deus; é uma afirmação de que Alá é absolutamente único, sem parceiros, sem iguais, e sem semelhança com a criação. O Tawhid é expresso na Shahada e é enfatizado repetidamente no Alcorão. O Tawhid também implica a rejeição completa da idolatria e da associação de parceiros com Alá (Shirk), que é considerado o pecado mais grave no Islamismo. O Tawhid é considerado o fundamento da teologia islâmica porque todos os outros conceitos islâmicos—a profecia, a revelação, a lei islâmica, a ética islâmica—derivam deste princípio fundamental de que Alá é único e deve ser adorado exclusivamente. O Tawhid oferece uma visão unificada da realidade, onde toda a existência é vista como dependente de um único Deus, e toda a vida humana é vista como uma submissão à vontade deste Deus único.

5. Qual é o significado do Ramadã e do Sawm (jejum) na vida islâmica, e como essa prática reflete os valores islâmicos?

- O Ramadã é o nono mês do calendário islâmico lunar e é considerado o mês mais sagrado do Islamismo porque é o mês em que Maomé recebeu as primeiras revelações do Alcorão. Durante o Ramadã, os muçulmanos adultos são obrigados a abster-se de comida, bebida e relações sexuais do amanhecer ao pôr do sol, uma prática conhecida como Sawm (الصوم), ou jejum. O Sawm é o quarto pilar do Islamismo e é obrigatório para todos os muçulmanos adultos que são fisicamente capazes. O jejum do Ramadã serve múltiplos propósitos espirituais e sociais. Primeiro, é uma forma de disciplina espiritual e autocontrole, permitindo que o muçulmano se concentre em sua relação com Alá e se afaste das distrações materiais.

Segundo, é uma forma de empatia com os pobres e necessitados, lembrando aos muçulmanos a fome e da sede que os menos afortunados enfrentam diariamente. Terceiro, é uma oportunidade de reflexão espiritual, de arrependimento e de renovação da fé. Durante o Ramadã, os muçulmanos são encorajados a intensificar suas práticas religiosas, particularmente a leitura do Alcorão e a oração adicional à noite (Taraweeh). O Ramadã termina com a festividade de Eid al-Fitr (Festa do Rompimento do Jejum), um dia de celebração e alegria, em que os muçulmanos se reúnem para orar, trocar presentes e compartilhar refeições festivas. O Sawm reflete os valores islâmicos de submissão a Alá, disciplina pessoal, justiça social e comunidade.

6. Descreva o Hajj (peregrinação a Meca) e explique por que é considerado uma experiência transformadora na vida islâmica.

- O Hajj (الحج), ou peregrinação a Meca, é o quinto pilar do Islamismo e é considerado uma das experiências mais importantes na vida de um muçulmano. Todo muçulmano adulto que é fisicamente e financeiramente capaz é obrigado a realizar a peregrinação a Meca pelo menos uma vez em sua vida. O Hajj ocorre durante o mês de Dhul-Hijjah, o último mês do calendário islâmico lunar, e atrai milhões de peregrinos de todo o mundo a Meca a cada ano. O Hajj é uma experiência profundamente espiritual que envolve uma série de rituais específicos. Os peregrinos vestem roupas simples e brancas (Ihram) que simbolizam a igualdade de todos os muçulmanos diante de Alá, independentemente de sua riqueza ou status social. Os peregrinos circundam a Caaba sete vezes (Tawaf), correm entre os montes Safa e Marwa (Sa'y), permanecem em vigília em Arafat, e apedrejam os pilares simbólicos de Satã em Mina. O Hajj culmina com a festividade de Eid al-Adha (Festa do Sacrifício), quando os muçulmanos sacrificam animais em comemoração do sacrifício de Abraão. O Hajj é

considerado uma experiência transformadora porque purifica o muçulmano de seus pecados e o renova espiritualmente. É também uma experiência de unidade global, na qual muçulmanos de diferentes etnias, culturas e classes sociais se reúnem para adorar Alá juntos, reafirmando a irmandade islâmica universal (Ummah).

7. Qual é a diferença entre o Sunismo e o Xiismo, e como essas duas principais divisões do Islamismo diferem em suas crenças teológicas?

- O Sunismo (السنة) é o ramo principal do Islamismo, representando aproximadamente 85-90% de todos os muçulmanos. Os sunitas acreditam que a liderança da comunidade islâmica após Maomé deveria ser determinada através de consulta comunitária (Shura) e que qualquer muçulmano qualificado poderia se tornar Califa. Os sunitas reconhecem a autoridade do Alcorão e da Suna como as duas principais fontes de orientação islâmica e não acreditam em Imams infalíveis. O Xiismo (الشيعة) é o segundo maior ramo do Islamismo, representando aproximadamente 10-15% de todos os muçulmanos. Os xiitas acreditam que Maomé designou explicitamente Ali ibn Abi Talib como seu sucessor e líder da comunidade islâmica após sua morte. Os xiitas acreditam no conceito de Imamate, a ideia de que Alá designou especificamente certos indivíduos (Imams) para liderar a comunidade islâmica e servir como intérpretes infalíveis dos ensinamentos islâmicos. Os doze xiitas (Ithna Ashari), que representam a maioria dos xiitas, acreditam que houve doze Imams, sendo o último, Muhammad al-Mahdi, atualmente em ocultação e esperado retornar no final dos tempos. Os xiitas têm suas próprias escolas de lei islâmica, sendo a mais importante a Escola Jafari. Apesar dessas diferenças teológicas, xiitas e sunitas compartilham os fundamentos básicos do Islamismo: a crença em Alá como o único Deus, em Maomé como o Profeta final e nos Cinco Pilares do Islamismo.

8. Explique o conceito de Sharia (lei islâmica) e descreva suas quatro principais fontes de autoridade.

- A Sharia (الشريعة), ou lei islâmica, é o sistema jurídico que governa todos os aspectos da vida islâmica, desde questões religiosas até questões civis, comerciais e criminais. A Sharia baseia-se em quatro fontes principais de autoridade, em ordem de importância. Primeiro, o Alcorão é a fonte primária e mais importante da Sharia. O Alcorão contém orientações sobre diversos aspectos da vida islâmica, incluindo questões religiosas, morais, legais e sociais. Contudo, o Alcorão não aborda todos os possíveis cenários legais, e muitos de seus versículos requerem interpretação para aplicação prática. Segundo, a Suna (os ensinamentos e exemplos de Maomé) é a segunda fonte de autoridade. A Suna fornece orientação prática sobre como aplicar os princípios do Alcorão à vida cotidiana. Terceiro, o Ijma (consenso dos estudiosos islâmicos) é a terceira fonte de autoridade. Se os principais estudiosos islâmicos (Ulama) chegam a um consenso sobre uma questão jurídica, esse consenso é considerado vinculante. Quarto, o Qiyas (raciocínio analógico) é a quarta fonte de autoridade. Quando o Alcorão e a Suna não abordam diretamente uma questão, os estudiosos islâmicos podem usar o raciocínio analógico para estender os princípios islâmicos a novas situações. Diferentes escolas de lei islâmica (Madhabs) podem enfatizar essas fontes de forma ligeiramente diferente, mas todas são consideradas válidas e ortodoxas dentro do Islamismo Sunita.

9. Qual é o papel da Mesquita na vida islâmica contemporânea, e como ela funciona como um centro comunitário?

- A Mesquita (Masjid em árabe, significando "lugar de prostração") é o centro da vida religiosa islâmica e serve múltiplas funções na comunidade islâmica. Diferentemente de muitos templos religiosos em outras tradições, a mesquita é um espaço democrático onde qualquer muçulmano pode

liderar a oração, e não há uma classe sacerdotal separada. A arquitetura de uma mesquita tipicamente inclui um Mihrab (nicho que indica a direção de Meca), um Minbar (púlpito de onde o imam profere o sermão), e um espaço aberto para a oração. Muitas mesquitas também têm um Minaret (torre) de onde o Adhan (chamado para a oração) é proclamado cinco vezes ao dia. A mesquita é um espaço sagrado, e os muçulmanos devem remover seus sapatos antes de entrar e manter um comportamento respeitoso. A mesquita serve múltiplas funções na comunidade islâmica. Primeiro, é um lugar de oração, particularmente importante para a oração de sexta-feira (Jumu'ah), quando os muçulmanos se reúnem em congregação. Em segundo lugar, é um lugar de educação, onde crianças e adultos aprendem sobre o Alcorão e os ensinamentos islâmicos. Terceiro, é um lugar de comunidade, onde os muçulmanos se reúnem para celebrar festividades islâmicas, oferecer apoio aos necessitados, e fortalecer os laços comunitários. A mesquita também frequentemente oferece programas sociais, como aulas de Alcorão, aconselhamento matrimonial e assistência aos pobres. A mesquita é, portanto, não apenas um lugar de adoração, mas também um centro comunitário que desempenha um papel crucial na vida social, educacional e espiritual da comunidade islâmica.

10. Como o Islamismo contemporâneo aborda questões modernas como os direitos das mulheres, a democracia e o diálogo inter-religioso?

- O Islamismo contemporâneo enfrenta vários desafios e questões importantes relacionadas à modernidade. Quanto aos direitos das mulheres, há um debate significativo dentro do Islamismo sobre como interpretar os ensinamentos islâmicos sobre as mulheres no contexto moderno. O Alcorão oferece proteções significativas aos direitos das mulheres, incluindo o direito à propriedade, o direito ao divórcio e o direito à educação. Alguns muçulmanos, particularmente os modernistas

islâmicos, argumentam que os ensinamentos islâmicos sobre as mulheres devem ser reinterpretados à luz dos contextos contemporâneos e que as mulheres devem ter plena igualdade com os homens em todas as áreas da vida. Outros, particularmente os tradicionalistas islâmicos, argumentam que os papéis de gênero tradicionais devem ser mantidos, embora com proteções adequadas aos direitos das mulheres. Na prática, a situação das mulheres no mundo islâmico varia amplamente, dependendo do contexto cultural, político e legal. Quanto à democracia, alguns argumentam que a democracia é incompatível com o Islamismo, pois a soberania em uma democracia reside no povo, enquanto no Islamismo a soberania reside em Alá. Outros argumentam que a democracia é compatível com o Islamismo e que o conceito islâmico de Shura (consulta) é uma forma primitiva de democracia. Vários países islâmicos têm adotado sistemas democráticos, como a Indonésia, a Turquia e a Tunísia. Quanto ao diálogo inter-religioso, nas últimas décadas, tem havido um crescimento significativo no diálogo entre muçulmanos, cristãos, judeus e seguidores de outras religiões. Líderes islâmicos, cristãos e judeus têm se reunido para discutir questões de interesse comum, para promover a compreensão mútua e para trabalhar juntos em questões sociais e políticas. O Documento sobre a Fraternidade Humana, assinado pelo Grande Imam de Al-Azhar e pelo Papa Francisco em 2019, é um exemplo significativo de diálogo inter-religioso contemporâneo. O diálogo inter-religioso é importante para promover a compreensão mútua e combater o extremismo religioso, embora enfrente desafios significativos em contextos de conflitos políticos e históricos entre comunidades religiosas distintas.

Referências Bibliográficas:

- Ahmed, Leila. *Mulheres e Gênero no Islamismo: Raízes Históricas de um Debate Moderno*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- Ayoub, Mahmoud M. *Sufrimento Redentor no Islamismo: Um Estudo dos Aspectos Devocionais da 'Ashura no Xiismo Twelver*. The Hague: Mouton, 1978.
- Bergen, Peter L. *Guerra Sagrada, Inc.: Dentro do Mundo Secreto de Osama bin Laden*. New York: Free Press, 2001.
- Coulson, Noel J. *Uma História da Lei Islâmica*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1964.
- Crone, Patricia & Cook, Michael. *Hagarismo: A Formação do Mundo Islâmico*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Donner, Fred M. *As Conquistas Islâmicas Iniciais*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- Esposito, John L. *Guerra Profana: Terror em Nome do Islamismo*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Esposito, John L. & Voll, John O. *Islamismo e Democracia*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Ghazali, Abu Hamid al-. *A Incoerência dos Filósofos*. Traduzido por Michael E. Marmura. Provo: Brigham Young University Press, 1997.
- Greenberg, Irving. *O Caminho Judaico: Vivendo as Festividades*. New York: Summit Books, 1988.
- Ibn Hisham. *A Vida de Maomé*. Traduzido por A. Guillaume. Oxford: Oxford University Press, 1955.
- Izutsu, Toshihiko. *Deus e o Homem no Alcorão: Semântica da Visão de Mundo Corânica*. Tokyo: Keio University Press, 1964.
- Kamali, Mohammad Hashim. *Princípios da Jurisprudência Islâmica*. 3ª ed. Cambridge: Islamic Texts Society, 2003.
- Katz, Marion Holmes. *Oração no Islamismo*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

- Katz, Marion Holmes. *O Nascimento do Profeta Maomé: Piedade Devocional no Islamismo Sunita*. London: Routledge, 2007.
- Kennedy, Hugh. *O Profeta e a Era dos Califas: O Oriente Próximo Islâmico do Sexto ao Décimo Primeiro Século*. 2ª ed. Harlow: Pearson Longman, 2004.
- Küng, Hans & Kuschel, Karl-Josef (eds.). *Uma Ética Global: A Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo*. New York: Continuum, 1993.
- Kuran, Timur. *A Longa Divergência: Como a Lei Islâmica Impediu o Oriente Médio*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- Lange, Christian (ed.). *Paraíso e Inferno nas Tradições Islâmicas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- Lecker, Michael. *Pessoas, Tribos e Sociedade na Arábia ao Redor do Tempo de Maomé*. Aldershot: Ashgate, 2005.
- Lings, Martin. *Maomé: Sua Vida Baseada nas Fontes Mais Antigas*. Rochester: Inner Traditions, 2006.
- Madelung, Wilfred. *A Sucessão a Maomé: Um Estudo do Califado Primitivo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Mitchell, Richard P. *A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos*. Oxford: Oxford University Press, 1969.
- Momen, Moojan. *Uma Introdução ao Islamismo Xiita: A História e Doutrinas do Xiismo Twelver*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- O Alcorão. Traduzido por Samir El-Hamdani. São Paulo: Associação Cultural Islâmica, 2008.
- Schacht, Joseph. *Uma Introdução à Lei Islâmica*. Oxford: Oxford University Press, 1964.
- Watt, W. Montgomery. *Maomé em Meca*. Oxford: Oxford University Press, 1953.
- Watt, W. Montgomery. *Maomé em Medina*. Oxford: Oxford University Press, 1956.
- Wensinck, A. J. *O Credo Muçulmano: Sua Origem e Desenvolvimento Histórico*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- Wolfson, Harry Austryn. *A Filosofia do Kalam*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.